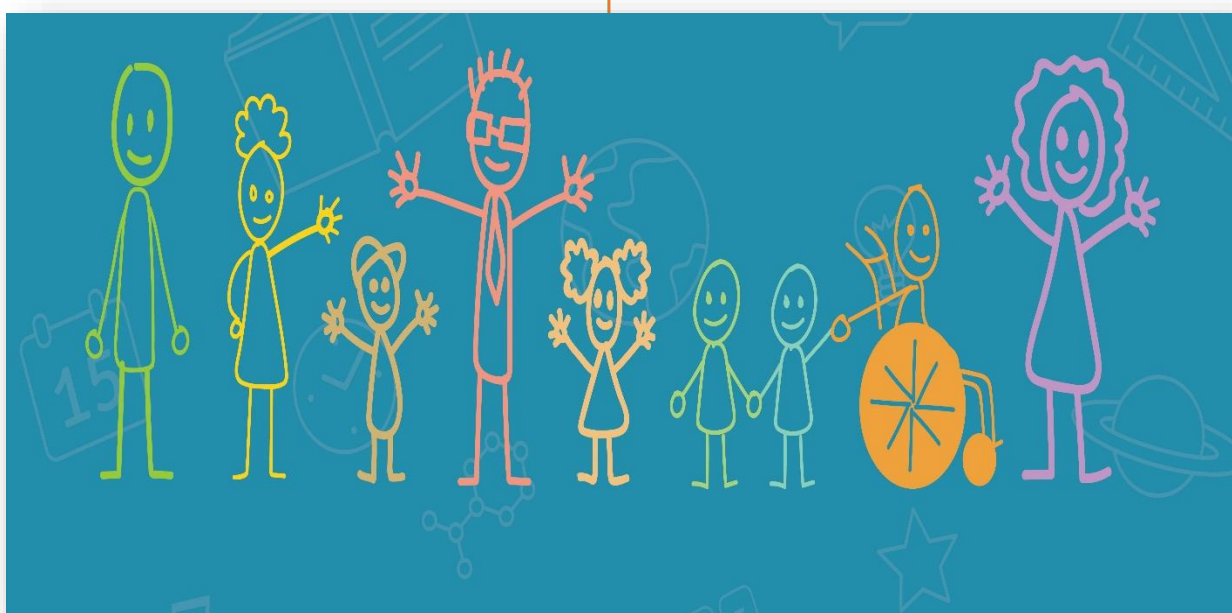


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Plano Nacional de Formação de Professores

Horizonte 2020/2030



Assistência Técnica para Apoio e Coordenação do Plano Nacional de Formação de Professores - Horizonte 2020-2030

Plano operacional para a Formação de Professores - 2022/2025

Silvia Maria Castro Fortes

Praia, Março, de 2022

Conteúdo

SECÇÃO I: ENQUADRAMENTO E REGULAÇÃO DA FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO DOS PROFESSORES (IE,EB, ES) 2022-2025

4

1 QUESTÕES PRÉVIAS	5
1.1. Política educativa e desenvolvimento inclusivo	5
1.2 Breve resenha histórica da formação em exercício	6
1.3 O conhecimento profissional docente	6
1.4. Objetivos da formação de professores - horizonte de 2022/25	7
1.5 Orientação concetual da formação de professores	7

2 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	9
2.1 Tipologia da formação	9
2.1.1 A formação inicial	9
2.1.2 A formação contínua	10
2.3 A articulação entre a formação inicial e formação contínua, nos processos formativos	12
2.4 Outras oportunidades de formação	13
2.5 Processos de validação de competências	13
2.6 regime de frequência da formação	13
2.7 Modalidades de frequência da formação	14
2.8 Instituições de formação	14
2.9 Estrutura curricular dos cursos de formação	144
2.10 Dossiers dos cursos de licenciatura	15
2.11 Dossiers dos cursos de formação profissional	15
2.12 Sustentabilidade da formação de professores	166
2.13 Novo modelo de disseminação e acesso à formação	17
2.13.1 Modelo de implementação da formação em exercício	18
2.13.1.1 O Vídeo Curso Online Participado (VCOP)	19
2.14 Modelo de supervisão, no acompanhamento pós-formação (teach & coach)	23
2.15 Desenho curricular da ação de formação	25
2.16 O alinhamento do papel da direção nacional de educação na formação dos professores	27
2.17 Beneficiários da formação financiada	28
2.18. Instrução de candidaturas das ies e outras instituições formadoras acreditadas para ministrar a formação de professores, nos projetos financiados pelo me e seus parceiros estratégicos	28

SECÇÃO II: CENÁRIOS DE FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO

30

3 CENÁRIOS DE FORMAÇÃO PARA O SUBSISTEMA DA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA	31
3.1 Enquadramento justificativo	31
3.2 Cenários de alinhamento das categorias funcionais de educadora e monitora: formação e funções	35
3.3 Oferta formativa em educação de infância	37
3.4 Plano de extinção da categoria funcional de orientadora	38
3.5 Opção complementar de formação, reconversão e realocação profissionais	40
3.6. Sustentabilidade da Educação pre-escolar	41

4. CENÁRIOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA OS SUBSISTEMAS DE ENSINO BÁSICO E DE ENSINO SECUNDÁRIO	42
4.1 Enquadramento justificativo	42
4.2 Reinterpretação do levantamento de necessidades e projeção da formação	42
4.3 Formação de professores dos ensinos básico e secundário	44
4.3.1 Revisão e organização dos planos de estudo e programas das licenciaturas	46
4.3.2 Cenarização das necessidades por perfis de entrada e de saída	48
4.4 Professores candidatos à formação 2022	49
4.4.1 Resolução de questões relacionadas com os processos individuais dos professores a formar	49
4.5 Sustentabilidade do serviço docente nos ensinos básico e secundário	49
SECÇÃO III: PLANO INDICATIVO DE FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO, 2022-2024/25	51
5. FORMAÇÃO CONTÍNUA – ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL PERMANENTE	52
5.1 Organização e funcionamento da formação contínua	52
5.2. Prioridades de formação contínua, 2022-2024/25	54
SECÇÃO IV: PLANO PRIORITÁRIO DE FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO (EI, EB, ES) 2022 E 2023	63
6 PRIORIDADES DE FORMAÇÃO 2022 E 2023	64

SECÇÃO I

ENQUADRAMENTO E REGULAÇÃO DA FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO DOS PROFESSORES (EI, EB, ES) - 2022 a 2024/25

1. QUESTÕES PRÉVIAS

1.1 Política educativa e desenvolvimento inclusivo

Do surgimento dos sistemas educativos à atualidade, a política educativa tem vindo a ser moldada para satisfazer diferentes realidades políticas e sociais. Ao longo do último século, o ónus das transformações ganhou dimensão global e tem sido decisivo para a transição de sistemas educacionais excludentes, para sistemas educacionais tendencialmente mais democráticos e inclusivos, mesmo admitindo haver ainda um longo caminho de liberdades e garantias a alcançar.

Os sistemas educativos, hoje, encontram-se perante a emergência sociopolítica de uma educação pretensamente democrática e inclusiva, motivada pela exigência da prática da igualdade de oportunidades por todos e para todos. Uma educação à luz dos direitos humanos, que tem vindo a deixar-se sobrepor por uma lógica de reabilitação de um mercado consumidor e uma economia global, em tempos de intensa mercantilização de produtos, serviços e influências intermediados pelas tecnologias digitais, elas próprias comercializadas de várias formas e servindo diferentes interesses.

Nessa ordem, os sistemas políticos têm procurado reconstruir os sistemas educativos atribuindo-se mais pragmatismo sobre os conteúdos de ensino, de prática pedagógica e de aprendizagens escolares, tentando torná-los eficientes e eficazes na materialização das políticas educativas e das propostas formativas para aluno e professor. Aqui chegados, os conceitos do conhecimento escolar e da sua gestão ganharam maior elasticidade, legitimando-se nas políticas públicas de formação e emprego e nos objetivos de desenvolvimento sustentável. Vive-se um tempo em que se pragmatizam os sistemas educativos apostando no desenvolvimento pessoal e social dos aprendentes nas suas realidades contextuais, defensor de um ensino focado no aluno e de uma aprendizagem significativa, mais capacitante e menos de acumulante. Aposto-se num ensino e numa aprendizagem de habilitação de competências para a vida social e profissional, com conhecimentos e habilidades pragmatizáveis.

Nesse contexto, o desenvolvimento tecnológico habilitou os sistemas educativos com a poderosíssima internet, abrindo a tal caixa de pandora, para o consumo democratizado da informação e das ciências. O ensino e a aprendizagem viram ampliadas as possibilidades de uma apropriação mais vasta do conhecimento, muito além do conhecimento escolar pelo aluno e do conhecimento profissional pelo professor. Igualmente, constituíram-se em campos de produção pessoal e de partilha do conhecimento, sob várias formas e formatos, em círculos mais restritos como sejam os grupos turma e da escola, ou em instituições de formação e em comunidades de aprendizagem.

Definitivamente, aprender com e para a diversidade num mundo tecnologicamente globalizado, veio abrir a possibilidade de reconstruir o conhecimento escolar, considerando a unicidade de cada sujeito aprendente e a importância que esse adquire no ensino e na aprendizagem. Satisfazer essa unicidade, por meio da gestão contextualizada do conteúdo de ensino e de aprendizagem é conseguir que mais alunos aprendam e possam desenvolver-se como cidadãos (in)formados, autónomos e empreendedores. Naturalmente, implicando exigências e desafios pessoais e institucionais para a formação dos professores, no encalce da qualidade e eficácia do Sistema Educativo.

1.2 Breve resenha histórica da formação em exercício

O primeiro curso de Formação em Exercício dos Professores do ensino básico (FEPROF) foi criado pelo decreto nº 60/90 de 4 de agosto. O curso desenvolveu-se em duas fases a primeira, de abril de 1988 a dezembro de 1992 e a segunda, de abril de 1993 a dezembro de 1994, no âmbito do Projeto de Renovação e Extensão do Ensino Básico. A primeira fase saldou-se na formação de 945 docentes, que ingressaram no Quadro Transitório como Professores Primários (2, artº 11º decreto legislativo nº 11/93).

Ficaram capacitados a lecionarem do 1º ao 4º ano de escolaridade (1, artº 23º decreto nº 60/90). A segunda fase saldou-se na formação de 644 docentes, que ingressaram no grupo de Professores Profissionalizados como professores do Ensino Básico (3, artº 11, decreto legislativo nº 11/93). Ficaram aptos a lecionarem do 1º ao 6º ano de escolaridade, ou seja, todo o Ensino Básico integrado (3, artº 23º decreto nº 60/90), segundo dados da Faculdade da Educação/FAED (compilados pelo Dr. Augusto Amado- Docente reformado do IP/FaEd).

1.3 O conhecimento profissional docente

A formação e o desenvolvimento profissional docente são matérias de afirmação da qualidade educativa dos professores e do sistema educativo. São, cada vez mais, frequentes as discussões acerca do conhecimento profissional dos professores, com a preocupação de encontrar respostas para as mutações e dinâmicas políticas e tecnológicas que atravessam esse sistema. Daí que, o sistema procura interpretar o significado que a Lei de Bases atribui às matérias educacionais, para determinar a configuração prática a dar-lhes, integrando racionalidades teóricas e práticas do conhecimento profissional docente.

Do ponto de vista da política educativa, o desenvolvimento profissional docente é uma necessidade inerente à renovação dos conhecimentos e competências de que a escola precisa, para poder prosseguir com o seu projeto educativo atualizado e corresponder com as necessidades curriculares e de aprendizagem dos alunos. Da perspetiva do professor, esse conhecimento orienta-se para os domínios de capacitação científica e técnica para o exercício pedagógico. Para a organização educativa, esse conhecimento deve considerar as mudanças institucionais e as exigências e atribuições dos professores, na escola.

Existem diferentes concepções acerca do conhecimento profissional do professor. Pela Lei de Bases do Sistema Educativo, esse conhecimento pressupõe experiências formativas e laborais, devendo ser desenvolvidas com base numa perspetiva crítica do conhecimento profissional, visando a promoção de artefactos para a (auto)transformação com saberes e competências de gestão educativa e curricular. Com esse entendimento, a praxis da formação de professores deve procurar desenvolver dinâmicas performativas, que contribuam para a adequação do professor a diferentes situações pedagógicas, refletindo uma boa articulação da teoria com a prática e destas para com a regulação do Sistema Educativo.

A literatura científica discute a formação de professores como processo de aprendizagem da profissão docente (Mizukami et al., 2002),¹ entendendo tratar-se de uma aprendizagem marcada por itinerários formativos, que se inicia com as experiências de aprendizagens na infância e progride até a formação na carreira. Nesse percurso, cruzam-se experiências de aprendizagem profissional, obtidas através da formação inicial e da

¹ Mizukami, M. G. N., et al. (2002). *Escola e aprendizagem da docência: Processos de investigação e formação*. São Carlos: EDUFSCAR.

formação contínua (Tardif & Raymond, 2000)². Na primeira, o professor habilita-se com competências para iniciar a profissão. Na segunda, encarrega-se de expandi-las associando outras tantas, com vista à consolidação, renovação e aprofundamento do domínio profissional (idem.).

A formação inicial dos professores e os processos continuados de capacitação, devem enquadrar-se na perspectiva de formação ao longo da vida profissional. Para isso, torna-se necessário criar espaços adequados à aprendizagem profissional, num sistema organizado de formação de professores, para que este possa evoluir em permanência, de forma inovadora, criativa e motivada para o desempenho profissional. Como postula o Plano Nacional de Formação de Professores (PNFP, 2019), a expectativa de renovação do conhecimento profissional do professor, baseada na formação permanente e no desenvolvimento na carreira, com supervisão e treinamento sucessivos é um imperativo para a qualidade da ação educativa a cargo do professor.

1.4. Objetivos da formação de professores - horizonte 2021/24

São objetivos da formação de professores:

- ✓ Proporcionar a qualificação do professor para e na profissão, promovendo a qualidade, a produtividade, a competitividade e o desenvolvimento pessoal e institucional;
- ✓ Assegurar a cada professor o direito à formação;
- ✓ Reconhecer, através da legitimação e valorização, a qualificação adquirida pelo professor;
- ✓ Assegurar, ao Sistema Educativo, perfis profissionais devidamente qualificados, tendo em conta os objetivos e metas educacionais;
- ✓ Normalizar o funcionamento da formação dedicada aos professores, induzindo projeto, planos e programas de formação, em permanência.

1.5 Orientação concetual da formação de professores

A orientação concetual da Formação de Professores integra-se nos pressupostos normativos da Educação em geral e do Ensino Superior em particular.

A Lei de Bases do Sistema Educativo estipula a democratização do ensino e da aprendizagem em condições de equidade e justiça, autonomia, liberdade, participação, para contrariar os fenómenos de desigualdade e de discriminação social e educativa. Igualmente, prevê as condições normativas para provocar o desenvolvimento integral do jovem, visando a aquisição de um saber associado a um dado saber-fazer e a saberes ser, estar e viver juntos. Esses pressupostos são lados visíveis de educação de cariz humanista, defensora dos direitos humanos e da inclusão e sucesso educativos de todos.

Essas bases concetuais consagradas nos princípios, fins e objetivos educacionais da Lei de Bases, permitem perceber o paradigma³ dominante que baliza as orientações políticas para a formação de professores. São

² Tardif, M.; Raymond, D. (2000). *Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério*. SP, Rev. Educação e Sociedade, n.73, pp.209-24

³ Paradigma - matriz de crenças e princípios que refletem a natureza e os objetivos de um dado sistema concetual, ou conjunto de pressupostos que diferenciam os sistemas concetuais entre si.

matrizes que ajudam a modelização da formação de professores, ciente dos vários modelos ou paradigmas que explicam as práticas de formação de professores e da necessidade de ser feita essa leitura concetual. Posto isso, na conceção institucional da formação inicial de professores predomina o modelo crítico, materializado pelo conceito de **professor prático reflexivo** (conforme conceito desenvolvido por Zeichner, 1993)⁴.

O conceito de professor prático reflexivo enquadra-se no modelo autocrítico e autoanalítico das experiências e conhecimento profissional pelo docente. Implica habilitar-se para que, de forma crítica e analítica, tome decisões capazes de melhorar a sua performance e os resultados dos alunos, incorporando os contextos social e educativo onde exercem atividade. Significa capacitar-se para interpretar as situações e as condições em que ocorrem o ensino e a aprendizagem como únicas e irrepetíveis, percebendo que não existem receitas que unifiquem decisões ou promovam respostas uniformes para problemas semelhantes. Pelo contrário, entender que a sua atividade deve ser acompanhada pela análise reflexiva, permitindo-se encontrar respostas assertivas no contexto das experiências profissionais. Dessa forma, o professor assume-se como investigador da sua prática profissional, num espaço em que a investigação-ação faz parte da sua metodologia de trabalho e a sua ação enquadra-se na perspetiva de resolução de problemas de ensino e de aprendizagem, com participação ativa do aluno.

Ser professor implica profissionalizar-se como tal, ou seja, adquirir uma identidade profissional docente. A construção da identidade profissional do professor não se esgota na formação inicial. Ela apenas possibilita tornar-se professor, ou ter condições para se iniciar na profissão (Zeichner, 1993). Para se ser professor é preciso integrar na formação desse profissional, processos de formação contínua com vista ao desenvolvimento profissional e aquisição de identidade profissional. A Lei de Bases promove a perspetiva de formação ao longo da vida, associando a formação inicial à formação contínua. Pela filosofia dessa Lei, a formação contínua de professores (traduzida para o PNFP, 2019) enquadra-se no construtivismo, determinando a reflexão sobre a prática profissional na escola, implementando a visão do professor prático reflexivo, na linha do paradigma crítico referenciando.

⁴ Zeichner, K. M. (1993). *A formação reflexiva de professores: ideias e práticas*. Lisboa: Educa.

2. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

2.1 Tipologia da formação

A formação ao longo da vida profissional significa habilitar-se para acesso à profissão e habilitar-se no exercício da profissão. Essas duas vertentes complementares suscitam o desenvolvimento de processos de **formação inicial** e de **formação contínua**.

2.1.1 A formação inicial

A **Formação Inicial** permite adquirir conhecimentos, competências, atitudes e valores tendo em conta os domínios de formação, da área ou áreas científicas do currículo escolar em que se forma, para exercer a função docente. Corresponde à formação mínima exigida ao professor, para que inicie a sua profissão que, para a legislação caboverdeana, comporta a obtenção do grau de licenciatura (Estatuto de Carreira do Pessoal Docente, revisão de 2015)⁵, especialmente via ensino.

Sendo assim, trata-se do primeiro degrau da formação académica do docente, entendido de nível do ensino superior, constante do Sistema Nacional de Qualificações e visa adquirir um perfil profissional de saída adequado, para a entrada na carreira docente.

Por essa razão, o conceito de formação inicial tem vindo a ser confundido com a ideia de início da formação superior, ou a entrada num curso de licenciatura de raiz por ativos com alguma formação. Naturalmente, a formação inicial comporta uma licenciatura. Mas, em se tratando da formação de ativos com um curso médio, um curso de formação do IP e/ou um bacharelato, deve-se entender a formação inicial como sendo oportunidades formativas de conclusão do grau de licenciatura (via ensino).

Simplificando, um curso universitário de licenciatura comporta 8 (oito) semestres letivos. Para esses profissionais no ativo, a conclusão da formação inicial pode decorrer entre 4 (quatro) semestres e 2 (dois) dois semestres universitários, dependendo de cada situação concreta. O conhecimento das situações concretas permitirá integrar a sua frequência nos cursos, mediante equivalências e um plano individual de conclusão do curso, no âmbito dos complementos de licenciatura previstos pelo Plano Nacional de Formação de Professores 20/30.

a) *Princípios*

A organização dos cursos de formação inicial deve respeitar os seguintes princípios genéricos:

- ✓ A natureza e o relevo da componente de formação científica na respetiva especialidade, variam em função do nível de ensino em que o futuro docente vai exercer, devendo assumir importância crescente na formação dos professores dos graus de ensino mais elevados;
- ✓ A componente da formação pedagógico didática, incluindo as didáticas específicas da área de lecionação.

Para o educador de infância e o professor do 1º ciclo do ensino básico, o conjunto das duas componentes de formação pedagógico didática e prática pedagógica deve manter-se em equilíbrio com a componente de

⁵ Decreto Lei, 69/2015, de 12 de dezembro.

formação cultural e científica, não devendo aquela ultrapassar os 60% da carga horária total, em qualquer caso. Para os professores do 2º ciclo do ensino básico e do secundário, a formação cultural e científica na respetiva especialidade não deve ultrapassar os 70% da carga horária total, relativamente ao conjunto das outras duas componentes de formação.

b) Objetivos

Os cursos de formação inicial devem:

- Promover a formação científica, tecnológica, técnica ou artística na respetiva especialidade;
- Proporcionar a formação científica de domínio pedagógicodidático;
- Permitir o desenvolvimento progressivo das competências docentes a integrar no exercício da prática pedagógica;
- Promover o desenvolvimento de capacidades de análise crítica e reflexiva, bem como de inovação e de investigação educacional na ótica de resolução dos problemas educativos;
- Habilitar com formação pessoal e social, para o desenvolvimento de comportamentos e atitudes de reflexão, autonomia, cooperação, participação e responsabilidade, bem como da interiorização de valores deontológicos e dos objetivos e princípios da educação caboverdeana.

c) Organização

- ✓ Para a obtenção do ciclo de estudos de licenciatura, enquadram-se nos diferentes cursos de áreas científicas, via ensino, os profissionais sem qualquer percurso académico;
- ✓ Igualmente, aqueles profissionais que por meio de equivalências se encontram com formação académica por concluir, acedem a complementos de licenciatura, a partir da gestão dos planos de estudos e programas existentes, de forma a extrair planos de estudos individuais ou por grupo de acordo com a organização das entradas, condições de frequências, permanência e conclusão do ciclo de estudos.

2.1.2 A formação contínua

A **Formação Contínua** é um conceito relativamente recente no léxico educacional caboverdeano. Apesar de estar incorporada legalmente pela LBSE, desde 1990, o conceito ou entendimentos adquiridos, nem sempre têm sido usados para traduzir integralmente o seu significado. Tem-se vindo a usar conceito de formação contínua para significar ações de formação dirigidas aos docentes ativos, no Sistema Educativo, independentemente da sua formação de base, ou seja, quer tenha uma licenciatura ou outra formação abaixo desse grau académico ou mesmo, para docentes sem qualquer formação académica.

A condição de ser ativo não legitima a prática de formação contínua a todos os docentes, são coisas diferentes. O que a determina é a condição de ter uma licenciatura (ver formação inicial).

A formação contínua permite “contribuir para a mudança educacional e para a redefinição da profissão” Nóvoa (2002, p. 38)⁶, em processos pessoais de desenvolvimento da identidade profissional do professor. Pois que, no exercício da profissão, “os professores confrontam-se, com a necessidade de reconstruir a identidade profissional, a partir de uma interrogação sobre os saberes de que são portadores e sobre a definição autónoma de normas e de valores” (idem, p. 51). Ela é para o desenvolvimento e a renovação da profissionalidade docente.

A formação contínua constitui-se em oportunidades de formação para os professores “já profissionalizados e com uma vida ativa, tendo por base a adaptação contínua a mudanças dos conhecimentos, das técnicas e das convicções de trabalho, o melhoramento das qualificações e, por conseguinte, a sua promoção profissional e social (Pires, 1991, p. citado por Nascimento, 1997, p. 69)⁷. Ou seja, “atividades sistemáticas de formação a que se dedicam os professores (...), após a sua titularização profissional inicial, com vista essencialmente a (...) melhorar os seus conhecimentos, as suas competências e as suas atitudes profissionais, de modo a assegurar, com eficácia, a formação de seus alunos” (Cruz, 1991 citado por Nascimento, 1997, p.69)⁸.

Pelo PNFP (2019, p. 158) “a Formação Contínua constitui um direito e um dever dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, visando promover a atualização e aperfeiçoamento da atividade profissional, bem como a investigação aplicada e a divulgação da inovação educacional (...) e comporta cursos e ações de formação, visando a especialização e ou o aprofundamento dos conhecimentos em determinadas matérias de natureza científica e técnica”.

a) *Princípios*

São princípios da organização e funcionamento da formação contínua, os que se seguem:

- ✓ Liberdade de iniciativa das instituições vocacionadas para a formação;
- ✓ Autonomia científica pedagógica na conceção e execução de modelos de formação;
- ✓ Adequação às necessidades e prioridades de formação das escolas e dos docentes;
- ✓ Cooperação institucional, nomeadamente entre instituições de ensino público, privado e cooperativo;
- ✓ Valorização da comunidade educativa;
- ✓ Promoção de uma cultura de monitorização e avaliação orientada para a melhoria da qualidade do sistema de formação e da oferta formativa.

b) *Objetivos*

São objetivos da organização e funcionamento da formação contínua, os que se seguem:

- ✓ a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem;

⁶ Nóvoa, A. (2002). *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Editora Educa.

⁷ Nascimento, G. (2003). A formação continuada de professores: modelos, dimensões e problemática. Org. Candau, Vera M. (Org.). *Magistério: construção e cotidiano*. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, (p. 69 a 90).

⁸ idem

- ✓ o desenvolvimento profissional dos docentes, na perspectiva do aperfeiçoamento contínuo e da qualificação do seu contributo para a melhoria dos resultados escolares;
- ✓ o incentivo à autoformação, à prática de investigação e à inovação educacional;
- ✓ a aquisição de novas competências relativas à especialização exigidas pela diferenciação e modernização do Sistema Educativo.

c) Organização

Considerando os ativos organizados em diferentes públicos alvo, a formação dos ativos orienta-se pelas seguintes ofertas formativas:

- ✓ Especializações de habilitação para a docência, sendo pós-graduações para os ativos licenciados que não detêm as componentes essenciais para o exercício da docência;
- ✓ Ações de formação contínua acreditada com vista atualização permanente do conhecimento profissional docente.

2.3 A articulação entre a formação inicial e formação contínua, nos processos formativos

A gestão das formações inicial e contínua pode ser feita na lógica de rentabilização dos custos e benefícios. As atuais ações de formação estão identificadas para cobrir as necessidades do Sistema Educativo. Por essa razão, há ações que devem abranger todos os docentes, independentemente da modalidade que lhes assiste. Assim sendo, para correção do mesmo sistema, essas ações deverão ser acreditadas, com dupla afetação, ou seja, deverão ter um único programa incluindo o modelo de avaliação para todos, mas deve seguir creditações diferentes para essas duas modalidades.

Entenda-se que, para os docentes com formação inicial completa (licenciatura) significarão formação contínua e para os docentes sem licenciatura (total ou completa), significarão acumulação de créditos, no âmbito da formação inicial, com utilidade nos seus processos de RVCC.

Ao acumular esses créditos, esses docentes têm a satisfação de ver progredir a sua formação de base (no processo de realização das suas licenciaturas), com essas novas aquisições e, posteriormente, de forma individual podem proceder ao RVCC para ver que créditos lhes faltam para o grau académico, caso queiram prosseguir os estudos de conclusão do grau académico.

Para o Ministério da Educação, o esforço de capacitação de recursos humanos, sob esse angulo, resultará na melhoria da qualidade educativa baseada no desempenho docente, bem como motivação e satisfação da classe docente, pelas oportunidades formativas que se geram e flexibilidade das possibilidades de enquadramento das mesmas nos planos de desenvolvimento individual.

Independentemente das opções apresentadas, por decisão própria e de forma autónoma, com base na essência processual do RVCC, o docente pode acumular créditos da formação e juntá-los para o efeito.

2.4 Outras oportunidades de formação

Por este plano, os cenários de operacionalização do PNFP (2019) para além da formação inicial em Educação de Infância (licenciatura) contemplam duas vias de formação profissional para a educação de infância, destinados a ativos em exercício de funções nesse subsistema, cujos perfis escolares não permitem o acesso ao ensino superior, dando-lhes a possibilidade de formação em: técnico profissional de educação de infância e o cuidador de infância.

2.5 Processos de validação de competências

Considerando a grande disparidade de perfis existente entre os profissionais, a validação de competências deve ser feita para determinar os planos individuais de formação, para todas as categorias de funções e de acesso às diferentes ofertas formativas.

O RVCC para os docentes encontra-se concetualizado validado e em processo de formalização setorial. A sua publicação para breve, irá ser o suporte regulatório que faltava para a sua operacionalização.

A validação de competências deve ser feita visando a habilitação escolar e/ou disciplinas académicas, a experiência profissional e as formações realizadas ao longo da atividade profissional. Pretende-se que confira valor às aprendizagens realizadas nas formações de curta duração, com o reconhecimento e a validação do histórico formativo do professor. A partir desse ponto, perceber o projeto individual de formação para cada professor de forma a habilitar-se suficiente para a docência.

Igualmente, os processos de validação de competências devem considerar a especialidade das necessidades disciplinares, das áreas científicas e dos ciclos de estudos do Sistema Educativo, bem como, o necessário alinhamento dos perfis de saída.

2.6 Regime de frequência da formação

O regime de frequência da formação deve ser **formação em exercício e em serviço**:

- ✓ **A formação em exercício** comporta estudos complementares de desenvolvimento, por parte do professor. É oferecida e ministrada nas instituições acreditadas e o professor procura frequentar essas formações dentro do seu desenvolvimento profissional, paralelamente a sua atividade laboral.
- ✓ **A formação em serviço**, é uma modalidade da formação em exercício que acontece quando o professor frequenta a formação no próprio local de trabalho. Permite-o agir com base numa prática pedagógica refletida e focada na resolução de problemas específicos da sua atividade educativa. Enquadra-se na formação contínua para efeitos de renovação de conhecimentos e de superação de limitações da aprendizagem e dos desafios profissionais.

Para que os profissionais beneficiem da formação, deve-se proceder a ajustes da carga horária laboral, lá onde houver condições para o fazer. As previsões de organização e gestão das ações de formação não deverão obstaculizar a atividade profissional, devendo ser harmonizadas os interesses do Sistema Educativo com os do públicos-alvo.

2.7 Modalidades de frequência da formação

Nos termos do sistema regulador em processo de institucionalização:

A formação de professores funcionará em regimes presencial, a distância, ou em alternância (a conjugação das duas), fazendo uso de sistemas digitais de acesso em *e-learning* ou *b-learning*.

Entende-se que as formações para os públicos-alvo identificados sejam organizadas para frequência em regime de EaD, sabendo que “(...) a formação à distância, ou, em regime e-learning, permite flexibilidade e rigor temporal e espacial, além de grande interação entre os intervenientes. Quando em blended learning, realiza-se assente nas possibilidades e-learning e na formação presencial como modalidades complementares” (PNFP, 2019, p.70).

2.8 Instituições de formação

As formações inicial e especializada são realizadas por instituições de ensino superior.

A formação profissional será realizada pelas IES em articulação com o IEFP, especificamente para os cursos profissionais para a educação de infância.

As ações de formação contínua devem ser realizadas pelas IES. Outras instituições acreditadas, e com o perfil exigido para ministrar a formação contínua de professores, podem participar da oferta formativa dirigida a esses profissionais. O acesso à formação contínua encontra-se em processo de regularização, em lei própria do Sistema Nacional de Formação de professores.

As instituições de formação contínua, os formadores e a oferta formativa dirigida aos professores estão sujeitas a acreditação, nos termos da lei vigente e do Sistema Nacional de Formação de Professores.

2.9 Estrutura curricular dos cursos de formação

Para o grau de licenciatura (nível VI da qualificação profissional), a estrutura curricular da formação deverá seguir o regime de habilitação para a docência em processo de institucionalização, articulado com as normas estabelecidas para o ensino superior e com as orientações do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ, 2020).

A Formação Profissional (de nível II, III, IV, V da qualificação profissional), deverá ser organizada em torno de estruturas que combinem normas de funcionamento do setor da formação profissional, regulado pelo IEFP, do Ensino Superior, regulado pela ARES, também em conformidade as orientações SNQ e do Plano Nacional de Formação de Professores.

Na aplicação dos níveis de qualificação na formação de professores, visando os perfis de saída, existe a convicção de que na aplicação do SNQ, deve haver uma adaptação da função de cuidador de infância do nível II (como previsto pelo SNQ) para o nível III, devido ao grau de exigência das responsabilidades inerentes ao cuidado, para com a faixa etária dos 0 aos 3 anos. Essa é a visão do grupo de trabalho da DNE (técnicos da educação de infância), da equipa da FaEd e UniCV e da consultoria, para os quais, os níveis de saída das qualificações profissionais necessitam de ser ajustados, no Sistema Nacional de Qualificações.

Em conformidade com os documentos reguladores e orientadores, as ofertas formativas da formação de professores de nível V ou mais, competem às IES. As formações de nível V ou menos, competem ao IEFP. No

entanto, dada a natureza da formação e dado haver instituições especializadas na área, será desejável haver protocolos de cooperação que possam garantir eficiência e eficácia na gestão da formação desses profissionais.

2.10 Dossiers dos cursos de licenciatura

Os dossiers dos cursos de licenciatura em educação de infância ou licenciaturas via ensino devem estar creditação pela ARES, segundo normas do ensino superior. Deles constam o plano de estudos, programas, cargas horárias, sistema de créditos, orçamentos, entre outros elementos de creditação.

O processo de revisão desses cursos comporta a renovação dos conteúdos e das disciplinas curriculares, para efeitos de atualização e alinhamento, tomando em linha de conta os perfis docentes e o equilíbrio das componentes de formação profissionais definidos pelo PNFP (2019). Nomeadamente, integrar:

- ✓ Conteúdos da aprendizagem profissional expressivos das exigências colocadas pelo Sistema Educativo e pela Educação para o Desenvolvimento;
- ✓ Perfil de Educador de Infância/ professor (conforme projeto de lei em curso), que induz o tratamento de conteúdos facilitadores das medidas de inclusão educativa, considerando ferramentas para lidar com limitações físicas, cognitivas, sociais e culturais dos alunos;
- ✓ Conhecimento do sistema normativo, enquanto guia fundamental para a interpretação global da conceção de educação caboverdeana, da natureza do processo educativo e da atividade docente;
- ✓ Equilíbrio entre as áreas curriculares da formação inicial, conforme projeto de lei em curso;
- ✓ Renovação das metodologias e abordagem curriculares (da formação, como para o exercício profissional), privilegiando o pensamento crítico, reflexivo e proativo;
- ✓ A aprendizagem baseada nas metodologias ativas, nas quais se integram o uso das TIC, os estímulos para a aprendizagem por descoberta (com atividades de pesquisa e autoformação), o trabalho por projeto, dinâmicas de ensino e de sua aprendizagem assentes numa cultura pedagógica dialógica.

2.11 Dossiers dos cursos de formação profissional

Os dossiers dos cursos profissionais compreendem os cursos profissionais em educação de infância. A sua organização integra os planos de estudos, programas e respetivas cargas horárias, sistema de créditos, orçamentos, entre outros elementos.

Para efeitos de alinhamento com cada perfil profissional e com as componentes de formação, devem seguir as orientações, ajustadas por nível de qualificação, a saber:

- ✓ Conteúdos da aprendizagem profissional, com abordagem baseada nas linhas concetuais do Sistema Educativo e da Educação para o desenvolvimento;
- ✓ Perfil de Educador de Infância (conforme projeto de lei em curso), ajustado pelo grau de exigência profissional e carga horária inerente;

- ✓ Tratamento de conteúdos facilitadores das medidas de inclusão educativa, considerando ferramentas para lidar com limitações físicas, cognitivas, sociais e culturais dos alunos, conforme faixa etária de intervenção;
- ✓ Prioridades de áreas curriculares e conteúdos da formação, considerando o nível de profissionalização e a faixa etária de trabalho;
- ✓ Conhecimento do sistema normativo, regulador das práticas;
- ✓ Implementação de metodologias e abordagens curriculares, privilegiando o pensamento crítico, reflexivo e proativo;
- ✓ A aprendizagem baseada nas metodologias ativas, nas quais se integram o uso das TIC, os estímulos para a aprendizagem por descoberta (com atividades de pesquisa e autoformação) e do trabalho por projeto, dinâmicas de ensino e na aprendizagem dialógicas.

2.12 Sustentabilidade da formação de professores

A sustentabilidade decorrerá da resolução das seguintes ações:

- ✓ Institucionalização dos normativos do Sistema Nacional de Formação de Professores, para a legitimação das decisões e processos inerentes à formação de professores, pelo ME;
- ✓ Criação do Conselho Científico Nacional de Formação Contínua, como previsto na proposta de lei anexa ao PNFP (2019), pelo ME, para garantir o planeamento e gestão da formação, dos formadores e das entidades de formação contínua (questão orgânica);
- ✓ Revisão das formas de organização e gestão da formação de professores, pelas IES;
- ✓ Instauração da validação de competências para a entrada no ensino superior de profissionais ativos, pelo ME e IES;
- ✓ Desenvolvimento de formações de nivelamento para a entrada no ensino superior, com uma duração semestral, tendo em conta a disparidade de perfis e os processos de validação de competências, pelas IES;
- ✓ Revisão dos planos de estudo, programas de formação de professores, pelas IES;
- ✓ Identificação nominal dos profissionais ativos com necessidades de formação inicial, pelo ME;
- ✓ Entrada em funcionamento dos Centros EaD (CRIEFs), para garantir o acesso à formação em exercício, em setembro, na expectativa de facilitar o acesso e as condições de sucesso de forma democrática, justa e inclusiva, pelo ME;

- ✓ Realização de um curso de formação de gestores da formação, de entre os profissionais licenciados em Ciências da Educação, a gestão dos Centros EaD, uma vez que esses profissionais têm um perfil que se encaixa na função⁹. Essa formação está prevista para 200 horas, pela Universidade Pública;
- ✓ Criação de condições científicas, técnicas e tecnológicas essenciais de produção e emissão do EaD, nas instituições de ensino superior que queiram e reúnam condições para realizar a formação em exercício, pelas IES;
- ✓ Sujeição dos novos recrutamentos de pessoal docente às exigências dos normativos, nomeadamente a Lei de Bases da Função Pública, a Lei de Bases do Sistema Educativo, o Plano de Cargos Carreiras e Salários (PCCS) e o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, pelo ME;
- ✓ Aplicação do normativo regulador dos perfis profissionais docentes na organização da oferta formativa, para apoiar a revisão dos cursos existentes e a formulação de outros a serem criados no âmbito do Plano, pelas IES;
- ✓ Aplicação do normativo regulador dos perfis profissionais docentes, como auxiliar de novas contratações e da avaliação de desempenho desses profissionais;
- ✓ Implementação de um modelo de cofinanciamento da formação inicial e contínua, assegurado pelo Ministério da Educação, pelas Câmaras (considerando o caso da educação de infância) e pelos beneficiários (públicos-alvo) da formação.

2.13 Novo modelo de disseminação e acesso à formação

Ao longo de décadas, o sistema educativo caboverdeano tem feito um esforço enorme no sentido de manter atualizados os seus ativos docentes, recorrendo a projetos de formação apoiados por diversos parceiros de desenvolvimento.

Para tal, tem vindo a usar um modelo de disseminação e acesso baseado na deslocação de equipas para, presencialmente, ministrarem ações de formação não certificadas. Esse modelo de funcionamento teve os seus ganhos de melhoria da atividade docente, mas também criou algumas preocupações ao Ministério da Educação e aos professores. A título ilustrativo, pode-se alegar o facto de ser uma forma altamente dispendiosa de proporcionar a formação aos professores no ativo. No entanto, essa poderá não ser a maior dificuldade se se considerar que boa parte das formações de capacitação tem sido dirigida e ministrada pelos técnicos com funções permanentes e em exercício no poder central, uma situação que atrapalha a sua atividade laboral; como também o facto de raramente se conseguir que uma formação alcance todo o território nacional em simultâneo e em tempo útil, de modo a conferir igualdade de oportunidades e circunstâncias; ou, ainda, o facto de as formações não terem implicações na carreira dos professores e/ou na sua avaliação de desempenho por forma a satisfazer uma exigência do Estatuto de Carreira do Pessoal Docente. Por outro lado, esta

⁹ O projeto está concebido e precisa de ser implementado. Trata-se de uma forma adequada à reafetação de alguns desses profissionais, que permitirá aliviar algum peso que estes têm na lecionação da educação escolar, onde exercem sem que tenham reunido habilitação para a lecionação específica numa área científica. Significa enquadrar esses profissionais de acordo com o seu perfil de saída, o qual está mais vocacionado para funções educativas não docentes. Assim, conferir maior índice de satisfação e de valorização profissional para os mesmos, bem como, de qualificação do serviço educacional para o qual foram formados.

modalidade de formação centrada nos serviços do Ministério da Educação encerra outras inconveniências para o sistema, e para os próprios professores diretamente, devido ao facto de ainda não estar instituída a prática da certificação e acreditação baseadas num sistema com unidades de crédito.

Assim, perde o sistema no alinhamento científico e pedagógico dos ativos, com consequências para a qualidade educativa; perdem os alunos que não beneficiam, em simultâneo e em tempo útil, da atualização dos conhecimentos dos seus professores; perdem os professores que não atualizam os conhecimentos em tempo útil para fazerem a gestão curricular dos domínios de conhecimento a seu cargo em igualdade de oportunidades e de circunstâncias com os seus pares nacionais, mas também ficam sem a possibilidade e capitalizarem as formações realizadas tendo em vista o desenvolvimento dos seus percursos académicos e a carreira profissional; perde o Sistema de qualificação dos professores, por não incluir a formação no processo de avaliação de desempenho docente. Estes são, de entre outros, os motivos que demonstram a necessidade (premente, pode-se dizer) de reequacionamento do modelo de gestão da formação contínua que é dirigida aos professores de modo a proporcionar condições que permitem ultrapassar os desafios da sua realização de acordo com os padrões de qualidade exigidos pelo Sistema Educativo.

2.13.1 Modelo de implementação da formação em exercício

A integração das tecnologias informáticas na gestão da educação, nomeadamente no ensino e na aprendizagem, nunca foi tão necessária e urgente como na atualidade. Efetivamente, nos últimos anos o mundo viu-se perante a pandemia do Covid19, com combates em várias frentes, incluindo a Educação, a qual passou a funcionar dentro de uma nova racionalidade, com um ensino híbrido, resultante da conjugação do presencial com o remoto.

O espetro da pandemia, como fenómeno inesperado e com características altamente desconhecidas e instáveis, pôs em claro as carências setoriais em matéria de adequação da educação escolar à modernidade tecnológica e ao desenvolvimento dos recursos humanos, requerendo exploração exponencial da tecnologia informática. O fenómeno contribuiu para revelar fragilidades e inadequações do conhecimento profissional docente no uso dessa tecnologia no ensino e na aprendizagem, ou seja, na gestão do currículo e na sua avaliação, na sala de aula.

Nesse contexto e no âmbito da instalação do Sistema Nacional de Formação de Professores (PNFP, 2019), pretende-se desenhar um modelo de gestão da formação dos professores em exercício, apostando na exploração sistemática das tecnologias informáticas. Uma das vantagens imediatas desta opção tem a ver com a democratização do acesso através da disponibilização de formações com cobertura nacional, particularmente trabalhando a acessibilidade, a frequência e a avaliação. Essas preocupações, permitiram atualizar o modelo de gestão da capacitação dos docentes por forma a dota-lo de maior eficácia e eficiência. Assim, entrará em fase experimental uma estratégia de formação de professores alinhada com as necessidades e desafios contemporâneos de desenvolvimento desses profissionais.

Neste plano de formação encontram-se os termos desse modelo de intervenção, que é composto por dois componentes interligados: o **Vídeo Curso Online Participado (VCOP)**, o qual é seguido pelo acompanhamento superviso baseado no **Teach & Coach (T&C)**. A conjugação do VCOP com o T&C, para além de cobertura nacional em tempo útil, conduz a um modelo híbrido de intervenção a nível da formação contínua de professores, cujas valências criam um ciclo de formação onde estão presentes a conceção, a

disponibilização, a avaliação, a emissão de certificados e a supervisão da implementação da formação, em ambiente virtual, com intervenções presenciais pontuais.

A noção por detrás da implementação do modelo VCOP, no quadro da formação contínua de professores, envolve a conceção e o acesso massificado à formação a nível nacional, organizada em harmonia com a visão de Sistema Nacional de Formação de Professores, em construção. Além disso, complementar a formação com um sistema de acompanhamento supervisivo, baseado no modelo T&C (como desenvolvido pelo Banco Mundial e adaptado para o contexto nacional, pelo PNFP 20/30), completa a intervenção pretendida para os próximos anos. Como o T&C corporiza um método de intervenção baseado numa estratégia nacional de supervisão pedagógica de âmbito do acompanhamento pós-formação, permite perceber o impacto da mesma na transformação profissional do professor, bem como, a sua importância na qualificação do serviço educativo.

Esses dois dispositivos educativos da gestão curricular e pedagógica da formação de professores, são inovações necessárias ao atual ponto de desenvolvimento do Sistema Educativo, para o caso, destinados à formação e ao desenvolvimento profissional dos professores em exercício. O primeiro tem a vantagem de estruturar procedimentos desejados para a formação de professores, quanto ao funcionamento e gestão de cada oferta formativa. Por seu turno, o segundo propicia a monitorização das competências profissionais em contexto de supervisão pedagógica e de acompanhamento da aplicação das aprendizagens profissionais adquiridas.

2.13.1.1 O Vídeo Curso Online Participado (VCOP)

O VCOP é uma opção muito promissora para a disseminação da formação por meio das tecnologias informáticas e não impõe um número delimitado de formandos por edição, como é o caso da formação presencial. Como instrumento facilitador do ensino à distância (EaD), para a formação de professores, ganha importância na atual conjuntura educativa e apresenta-se como projeto de inovação na gestão da formação de professores, pois facilita o acesso ao conhecimento profissional e à sua avaliação, no quadro dessa formação.

Um VCOP é um curso de acesso por meio da web, pelo professor a quem se destina a formação, alimentado pelos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e visa possibilitar, a um grande número de docentes, oportunidades formativas em tempo útil. Trata-se de uma opção economicamente favorável, por não precisar de financiamento, para a replicação da formação ou de deslocações dispendiosas, como acontece no modelo de formação em uso até ao presente. O facto de serem aulas/seminários gravados, permite que os professores possam aceder à formação, também de forma remota, através da sua disponibilização nas plataformas adotadas para o efeito e o acesso aos conteúdos através de meios pessoais e/ou de recursos tecnológicos colocados ao serviço do sistema educativo. Neste contexto, a existência de Centros de Formação Contínua em diversos pontos do território assume particular relevância.

Esse novo modelo informatizado de capacitação dos professores reforça-se na Rádio e a TV Educativa, como recursos adicionais de comunicação e interação formador-formando. Os quais devem proporcionar a produção e a divulgação de programas de foro informativo, sobre as experiências formativas realizadas e por realizar.

As avaliações dos formandos e da formação serão igualmente realizadas por meio das plataformas digitais existentes. Daí que, por serem formações massificadas por públicos-alvo, serão necessárias fichas de verificação de conhecimento para efeitos de certificação individual.

Assim sendo, depois de disponibilizada a ação de formação, o professor tem um período de tempo definido para aceder e assimilar os conhecimentos, bem como para realizar as atividades inseridas na ficha de avaliação dos formandos e proceder a avaliação da formação usando a ficha correspondente. A avaliação do formando é de carácter preferencialmente modular, independentemente do número de módulos em que se a ação de formação se encontra organizada. O gestor da formação deve dar acesso em momentos acordados com os professores, num espaço de tempo que, indicativamente, não deve exceder o prazo de 1 (um) mês.

A ação de formação deve ser disponibilizada no início de cada trimestre, a que diz respeito. O gestor da formação, localizado no Centro de formação deve gerir o acesso à formação e à sua avaliação, competindo-lhe a responsabilidade de informar ao serviço da DNE com responsabilidade pela gestão administrativa da formação dos professores.

A intenção de cada professor realizar 100 (horas) de formação por ano (PNFP, 2019 e ECPD, 2015) resulta uma média de 3 (três) ações de formação ao longo do ano, ações essas que podem ser realizadas em número de 1 (um) por cada trimestre. Esta distribuição evita riscos de sobrecarga do professor, proporcionando-lhe flexibilidade de gestão da atualização do seu conhecimento profissional.

Implementação do VCOP

Os gestores dos centros de formação deverão funcionar como suportes de retaguarda na disponibilização das formações para acesso remoto e para a **gestão administrativa da formação**. Deste modo, o profissional em causa tem a tarefa de fazer a recolha de informação relevante sobre a formação e comunicar ao serviço de EaD da DNE, que por sua vez faz a ponte com a instituição formadora, envolvendo todos na resolução de problemas.

No que se refere à **gestão pedagógica da formação**, essa deve ser feita de forma a permitir a articulação entre a Instituição formadora e os centros, para assimilar o suporte da instituição formadora e possibilitar a integração das diferenças regionais e locais, bem como trabalha-las nos tutoriais. Advoga-se a seguinte forma de coordenação pedagógica e seguimento da formação:

- ✓ Para cada formação haverá um número mínimo de tutoriais com duplo sentido: um dirigido às equipas pedagógicas locais; outro dirigido aos professores público-alvo da formação.

Exemplificando:

Um curso de 40 horas como é o da “diferenciação pedagógica e avaliação formativa” (DNE/UNICEF):

Total de módulos = 4

Nº horas por módulo = 10

Vídeo-aulas = abarcando todo o sobre conteúdo programático

Nº tutorias de acompanhamento 4 (1 por cada 10 horas de formação por vídeo-aula). Mais adiante esclarece-se o que significa “tutoria de acompanhamento”.

Normas genéricas de operacionalização do VCOP:

- A formação deve ser alcançada por todos os docentes de forma síncrona e assíncrona, para se garantir cobertura nacional. Para isso, as ações de formação devem ser gravadas e disponibilizadas pelos canais de comunicação de que se dispõe, ou seja, online, e em suporte digital amovível.
- A gravação dos vídeos deve ser feita com a participação de grupos de formandos, quando possível com os coordenadores concelhios e de agrupamentos, de forma a garantir a participação ativa com contributos reflexivos e esclarecimento de dúvidas, bem como capacita-los para o acompanhamento localizado.
- Eventuais dúvidas devem ser colocadas de forma remota ao formador que, por sua vez, deve fazer seminários de acompanhamento, também em vídeo, para a sua resolução online, num tempo estipulado em número de vezes a ser calculado por tipologia de ação de formação. Isso permitirá regionalizar e localizar a formação.
- A formação deve ser modular e a sua organização aplicada às diferentes tipologias formuladas pelo Sistema Nacional de Formação de Professores (SNFP).
- Cada módulo terá a respetiva carga horária em função da sua tipologia, e se encontrará organizado com todos os elementos do desenho curricular da formação de professores, do qual consta a avaliação e as unidades de crédito associadas.

A formação contínua de professores segue o sistema de créditos aplicado ao ensino superior. A unidade de crédito fixada encontra-se no intervalo entre 25 a 30 horas de formação (= horas de contacto + horas de trabalho autónomo).

O cálculo das horas de formação por modalidade deve seguir as orientações do Sistema Nacional de Formação de Professores, pelo que engloba o número total de horas das vídeo-aulas destinadas a cada módulo e as horas de trabalho autónomo a definir para as tipologias que assim requerem.

O quadro que segue elucida a forma de cálculo das unidades de crédito, tendo por base o Sistema Nacional de Formação de Professores.

Cálculo das unidades de crédito

Modalidades das ações de formação contínua	Total de horas de formação (HF)*		Horas de formação		Valor da Unidade de crédito
	Contacto (HC)	Trabalho Autónomo (TA)*	Mínimo	Máximo	
Curso de formação	1	-	27	-	1CTS= 25 a 30h (HF)
Oficina de formação	1	1	15	-	
Círculo de Formação	1	2	15	-	
Estágio Profissionalizante	1	-	-	100	
Projetos	1	2	-	50	
Seminários, Conferências e Colóquios.	(Cálculo correspondente com o nº de horas/ CTS)				

*Para algumas das modalidades, por cada hora de contacto somam-se horas de trabalho autónomo.

- O desenho curricular da ação de formação comporta os seguintes componentes do desenvolvimento curricular: a identificação, o tema, os objetivos, os conteúdos, a carga horária, o número de créditos,

as estratégias metodológicas, avaliação, referências bibliográficas e anexos compostos por recursos a serem fornecidos pelo formador.

- A gestão administrativa e financeira da formação financiada através do Ministério da Educação é da responsabilidade da DNE.
- Os termos da organização e funcionamento da formação são regulados pela DNE.
- As oportunidades de formação financiada geradas pela DNE devem ser ministradas pelas IES e outras instituições formadoras acreditadas.
- Todas as formações devem ser acreditadas junto do Conselho Científico Nacional de Formação Contínua de Professores para se garantir o número de créditos.
- Os formadores podem fazer a sua acreditação individual, submetendo o seu processo ao Conselho Científico Nacional da Formação Contínua, mas o acesso à formação deve ser feito através das instituições formadoras.
- Os processos de candidaturas dos formadores que não se encontram vinculados às IES devem ser individuais e propostos às IES devendo estas proceder à criação de uma bolsa de formadores.
- As instituições formadoras devem dispor de formadores próprios ou, na falta destes, proceder ao recrutamento nos termos definidos nos seus regulamentos internos.

VOCP - Vantagens financeiras e para a qualificação docente

Do ponto de vista financeiro, a implementação do modelo de formação contínua em pauta permite que seja poupado tempo e dinheiro despendidos com a logística da formação no modelo tradicional, pois o novo modelo torna possível a eliminação das múltiplas edições, o que possibilita uma efetiva economia de escala, e a redução/eliminação dos custos com as deslocações dos formadores e dos formandos, para além da vantagem de proporcionar o desenvolvimento profissional dos professores, sem prejuízo para as atividades integradas na função docente.

Acredita-se, no entanto, que o maior ganho para o sistema educativo se prende com a possibilidade de cobertura nacional e a qualificação simultânea dos professores que se encontram na mesma situação. Sobre isso, a relação custo benefício permite levar a formação a todos os professores, em simultâneo e em tempo útil, com uma única edição/gravação.

A relação custo-benefício é a grande diferença entre realizar uma ação de formação com cobertura nacional ou uma ação de formação a multiplicar por 22 concelhos do país. Ainda, reduzem-se os custos laborais e financeiros, devido à permanência dos profissionais nos respetivos concelhos ou contextos desconcentrados de realização da formação.

Limitações (controláveis)

A grande limitação do modelo VOCP poderia ser a uniformização da resolução das dificuldades de ensino a nível nacional. Mas, apesar de os grandes problemas de capacitação serem de âmbito nacional, em grande parte motivadas pelas necessidades de apropriação e gestão pedagógica envolvendo novos conhecimentos

profissionais docentes¹⁰, a questão não se coloca uma vez que cada ação de formação terá associado um conjunto de sessões tutoriais, sendo que estas são calculadas em função da tipologia da formação (curso, atelier, estágio, projetos ...), conforme Sistema Nacional de Formação de Professores.

As tutoriais serão igualmente online por meio das plataformas usadas para a formação. Serão momentos em que o formador, na sequência de um período de acesso à formação, reúne as dúvidas colocadas na plataforma e responde as mesmas, na forma de seminário de acompanhamento.

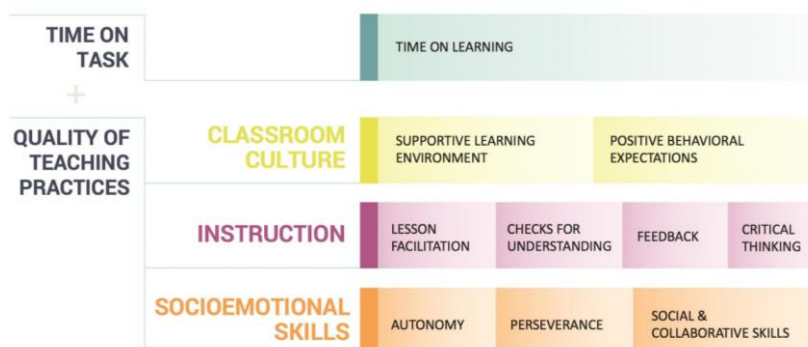
2.14 Modelo de supervisão, no acompanhamento pós-formação (Teach & Coach)

O Teach & Coach integra-se na formação de professores pretendida pelo Sistema Nacional de Formação de Professores, encontrando-se harmonizado com a filosofia e orientações gerais do Sistema Educativo. O modelo foi concebido pelo Banco Mundial¹¹ e encontra-se organizado em torno dos seguintes aspetos:

- **Significado** – Teach é uma ferramenta gratuita de observação em sala de aula, de código aberto, que fornece uma oportunidade para a compreensão de um dos aspetos mais importantes da educação de um aluno, no entretanto menos explorado, que é: o que acontece na sala de aula.

A ferramenta destina-se ao uso em salas de aula (...) e foi concebida para ajudar os países de rendimento médio e baixo a monitorizar e melhorar a qualidade do ensino. Segue-se um esquema estrutural genérico do T&C.

Estrutura do modelo de supervisão baseado no T&C



- **Justificação** – A crise de aprendizagem é, na sua essência, uma crise do ensino. Um número crescente de trabalhos de investigação indica que o ensino é o fator escolar mais importante para a aprendizagem dos alunos. A diferença que existe entre o impacto que um bom ou um mau professor pode ter nos resultados dos testes dos alunos é equivalente a cerca de um a dois anos de escolaridade. Além disso, as evidências sugerem que vários anos consecutivos de ensino eficaz podem compensar as deficiências de aprendizagem de alunos marginalizados e melhorar significativamente os resultados a longo prazo. Embora sejam necessárias melhores técnicas de ensino para enfrentar a crise da aprendizagem, a maioria dos sistemas educativos dos países de baixo e médio rendimento não as monitoriza regularmente;

¹⁰ Muitos desses, decorrem da atualização profissional e alinhamento com a educação inclusiva e demais metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, traduzidos em Educação e Desenvolvimento Sustentável, incorporados no desenvolvimento do Sistema Educativo. Isso incorre para a formação de professores inicial a atualização dos cursos pelas IES

¹¹ Transcrição com pequenas adequações. O doc. Pode ser encontrado em

- **Potencialidade de uso** – O Teach pode ser usado como:
 - (i) uma ferramenta para o diagnóstico do sistema ao nível operacional;
 - (ii) uma ferramenta de diagnóstico do sistema ao nível estratégico, o Teach permite que os governos monitorem a eficácia de suas políticas para melhorar as práticas dos professores;
 - (iii) uma ferramenta de desenvolvimento profissional, o Teach é usado para identificar os pontos fortes e fracos de cada professor.
 - (iv) em complemento com o Coach, ajuda os diretores e supervisores a usar as informações para fornecer feedback direcionado a cada professor sobre como pode melhorar suas práticas na sala de aula”.
- **O que permite observar** – o Teach difere de outras ferramentas de observação em sala de aula, na medida em que permite observar:
 - (i) o tempo que se despende nos processos de aprendizagem e até que ponto os alunos se mantêm atentos nas suas tarefas;
 - (ii) a qualidade das técnicas de ensino que ajudam a desenvolver as capacidades socioemocionais e cognitivas dos alunos;
 - (iii) as

dimensões fundamentais do processo pedagógico, nomeadamente:

- ✓ a CULTURA DA SALA DE AULA - o/a docente cria uma cultura que conduz à aprendizagem. O foco não é verificar se corrige os comportamentos negativos dos alunos, mas sim até que ponto cria um ambiente de apoio à aprendizagem e define expectativas comportamentais positivas;
 - ✓ a INSTRUÇÃO - se o/a docente ensina de uma forma que aprofunda a compreensão do aluno, encorajando as suas capacidades de raciocínio crítico e de análise. Aqui o foco não está nos métodos de ensino específicos do conteúdo, mas na medida em que a/o docente torna a aula mais clara, verifica a compreensão, dá informações construtivas e incentiva os alunos a raciocinarem criticamente;
 - ✓ as HABILIDADES SOCIOEMOCIONAIS - o/a docente promove as capacidades socioemocionais que incentivam os alunos a ter sucesso dentro e fora da sala de aula. Para desenvolver as capacidades sociais e emocionais dos alunos, instiga a autonomia, promove a perseverança e estimula as capacidades sociais e colaborativas.
- **aplicabilidade do Teach** – permite avaliar holisticamente o que acontece na sala de aula. Isso é alcançado considerando não apenas o tempo despendido em aprendizagem, mas também, e ainda mais importante, na qualidade das técnicas de ensino dos professores.

Existe um manual de procedimentos de observação, acompanhamento e avaliação assente no desenvolvimento do T&C que envolve as três dimensões anteriormente explicitadas. É um documento de fácil acesso e aplicação pelos supervisores pedagógicos.

▪ Do diagnóstico à melhoria - do Teach ao Coach

O Coach vem na continuidade do Teach e tem a função de apoiar o professor na sua formação e desenvolvimento profissional. Dirigida ao professor, o Coach ou a atividade de coaching, permite:

- (i) acelerar a aprendizagem dos estudantes através da melhoria do desenvolvimento profissional em serviço;
- (ii) construir sobre o Teach, concentrando-se em como melhorar as competências identificadas e seguidas no Teach;
- (iii) colocar o foco na transformação do desenvolvimento profissional num desenvolvimento à medida, prático, focalizado e contínuo.

A observação que é feita pelo Teach usa, como instrumento de registo para a recolha da informação, um formulário ou “ficha de registo de observação” preconcebida. Após a recolha de dados de observação da atividade docente, esse registo é analisado em contexto do Coach.

A análise desse registo é feita com o apoio de um guia criado especificamente para o efeito. Além disso, o modelo Coach também disponibiliza um guia de diagnóstico do professor e um guia para estruturar a formação contínua do mesmo.

No âmbito da implementação do PNFP20/30, a utilização do T&C deverá ser feita considerando eventuais adaptações para integrar tanto os contextos da formação contínua, como também para alargar a exploração do seu potencial no quadro das necessidades específicas desses contextos. Essa aproximação concetual deverá ser assegurada com a participação do Serviço de Desenvolvimento Curricular da Formação de Professores e Ensino a Distância (SDCFPED) e das IES.

Considerando os aspetos anteriormente apresentados, o modelo de gestão da formação contínua deve integrar, de forma harmoniosa, **as metodologias VOCP e Teach & Coach**, sendo que a primeira está voltada para a disseminação das ações de formação, enquanto a segunda está voltada para a supervisão da prática pedagógica dos professores.

2.15 Desenho curricular da ação de formação

Pretende-se implementar um modelo único de organização e funcionamento da formação que possibilite padronizar a gestão da formação, evitando disparidades na apresentação de candidaturas, pelas diferentes instituições formadoras.

Para a candidatura das instituições formadoras à formação, a ficha institucional (da ME/DNE) é a que se segue:



DIREÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO DO PESSOAL DOCENTE _ FORMULÁRIO MODELO DE ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO DE FORMAÇÃO

Serviço promotor:

Área de formação:

Domínio: Formação contínua de Professores

Subdomínio:

Forma de acesso, frequência e avaliação: EaD

Unidades de Crédito:

Acreditação pelo CCNFP:

Instituição Formadora:

Formador(es):

Parceiro (s):

Ano letivo: / / Data: / / N° de ação de formação/professor N° de ação de formação/plano 22/33

Designação da ação de formação

(...)

Justificativas para a formação

(...)

Destinatários da formação

(...)

Efeitos a produzir/resultados

Objetivos gerais (...)

Objetivos específicos ...)

Conteúdos e carga horária por módulos

(...)

Estratégias/aspetos metodológicas

(modelo de gestão da formação, aspetos metodológicos e tutoriais de acompanhamento)

Planeamento e Calendarização

Período de realização/data (...); Número de sessões: previstas (...), realizadas (...); Número de horas previstas por sessão (...); Número de horas presenciais (...); Número de horas de trabalho autónomo; número total de horas (...);

Avaliação do formando

(descrever avaliação do formando: regime de avaliação)

Avaliação da formação

(descrever avaliação da formação)

Condições de frequência

(requisitos dos formandos para acederem à formação)

Observações/sugestões

(...)

Bibliografia fundamental

(...)

Lista de recursos bibliográficos a fornecer aos formandos

(...)

Identificação do formador(a)

Nome grau académico, área (s) de conhecimento, n° de certificado de formador, instituição formadora a que pertence ou acreditação própria.

Data

Assinatura do(a) formador(a)

Assinatura da instituição formadora

Assinatura da Direção Nacional da Educação

(anexar glossário)

2.16 O alinhamento do papel da Direção Nacional de Educação na formação dos professores

A Direção Nacional da Educação assume o papel de promotor nacional da formação e desenvolvimento profissional dos professores, protagonizando, nomeadamente: a identificação das necessidades de formação dos professores em ativo; definição dos domínios da formação que carecem de intervenção prioritária; a calendarização regulatória do cronograma de gestão da execução, considerando a razoabilidade definição do da e acompanhamento das ações de formação dos professores em exercício.

No âmbito da formação contínua, é imprescindível a DNE estar atenta às mudanças curriculares, as carências localizadas e as necessidades de alinhamento pedagógico, bem como às inovações profissionais que ocorram no processo educativo. Essa missão permitirá, de entre outras medidas, prever as formações fundamentais que poderão beneficiar de financiamento público.

Tendo em vista uma maior eficácia do processo pedagógico e a qualificação do sistema educativo nas suas diversas vertentes, a formação dos professores em exercício deve contar com incentivos por parte do Estado, pois os professores são a espinha dorsal do sistema educativo na medida em que são atores de primeira linha, sem descurar a importância dos demais intervenientes na gestão do processo educativo.

As ações de formação suportadas pelo Ministério da Educação, nomeadamente no quadro da formação continua, devem ser colocadas a concurso pela DNE, mediante a elaboração de termos de referência para acesso das IES, instituições formadoras acreditadas para esse efeito. Os termos de acreditação encontram-se regulados pelo decreto-lei (...), que cria o Sistema Nacional de Formação de Professores.

Para além das ações de formação identificadas pela DNE, as instituições formadoras gozam de liberdade e autonomia para disponibilizar ações de formação, desde que estejam devidamente acreditadas e façam parte do seu plano anual de formação contínua.

A modalidade de autoproposta pelas instituições formadoras, deve ter em atenção as necessidades de formação recenciadas pela DNE de forma a tornar possível os protocolos de contratação e financiamento de ações de formação.

Cada ação de formação financiada seguirá o modelo de exigências de organização e funcionamento, atrás detalhado, devendo constar de cada TDR de toda a ação de formação promovida por ME/DNE.

Os registos feitos para cada ação de formação financiada, serão da autoria da instituição formadora. Os vídeo-sessões de formação ser produtos pertencentes ao serviço competente da DNE, o qual cuidará da sua disseminação massiva entre os professores.

Assim a contração deve envolver os produtos: Plano de formação e recursos; vídeo de sessões modulares de formação, por temática; o sistema de acompanhamento e apoio em EaD; e o dispositivo de avaliação em EaD.

Os formadores independentes são aqueles não inscritos em nenhuma instituição formadora e que estão acreditados para a atividade de formação contínua dos docentes, no Conselho Científico Nacional da Formação Contínua (CCNFCP).

O seu acesso à formação como formador independente, deve reger-se pela modalidade de contratação para a prestação de serviço, sob total responsabilidade da instituição formadora contratante. Assim, a contratação

decorre entre a instituição formadora e o formador acreditado, como é prática corrente na contratação de professores no ensino superior.

A relação contratual da DNE, para a realização da formação em exercício, é com as instituições formadoras, as quais devem garantir todas as condições de acreditação.

A DNE, através do Serviço competente, em interação com os serviços centrais, deve garantir institucionalmente que as unidades de crédito acumuladas no quadro da formação em exercício, sejam mais valias de formação contínua para o Sistema e para os docentes beneficiários. Para tal, deverá exigir das instituições formadoras todos produtos atrás identificados e um relatório da formação financiada. A informação devida a cada professor, anualmente, deverá ser enviada pela DNE aos Recursos Humanos, para constar do seu processo individual.

2.17 Beneficiários da formação financiada

São beneficiários diretos da formação subsidiada, os docentes em exercício de funções no Sistema Educativo. São beneficiários indiretos respetivas comunidades escolar e educativa.

Em cumprimento do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, os professores devem frequentar a formação contínua com aproveitamento, para efeitos avaliação do desempenho. O Sistema Nacional de Formação de Professores prevê a realização de, pelo menos, 100 horas de formação/ano, para cada professor, agrupado por funções que desempenha na escola. A frequência e a realização da formação financiada fazem parte da função docente, pelo que têm carácter vinculativo.

O acesso formações não financiadas são da responsabilidade do professor, no quadro da sua autoformação e do seu desenvolvimento profissional autónomo.

2.18 Instrução de candidaturas das IES e outras instituições formadoras acreditadas para ministrar a formação de professores, nos projetos financiados pelo ME e seus parceiros estratégicos

Para as candidaturas à formação financiada, as instituições formadoras devem seguir os termos de referência do respetivo TDR, formulado pela DNE e reunir requisitos legais suficientes.

No TDR para a candidatura à formação financiada, devem ser especiais exigências da DNE:

- ✓ o modelo de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Formação de Professores,
- ✓ os requisitos legais de candidatura,
- ✓ a integração do conhecimento proposto pela DNE;
- ✓ a organização modular da formação;
- ✓ os produtos (plano de formação desenhado incorporante os discriminantes dos componentes de desenvolvimento curricular, no modelo de ficha disponibilizado pelo SNFP;
- ✓ recursos bibliográficos e digitais, dos quais faz parte a gravação das vídeo-sessões/seminários;
- ✓ caderno pedagógico de apoio e descrição do acompanhamento virtual da formação, na resolução de dúvidas pelos formadores);
- ✓ proposta financeira.

Às propostas das instituições formadoras à DNE, devem constar de um pacote completo que inclui os seguintes elementos:

- ✓ ficha modelo da DNE, para a formulação da ação de formação, preenchida;
- ✓ programação dos conteúdos;
- ✓ recurso didáticos e bibliográficos;
- ✓ Caderno Pedagógico de apoio pós-formação;
- ✓ os custos da formação (1 edição gravada, caderno e nº de tutoriais de acompanhamento).
- ✓ comprovativos da acreditação, quando não se trata de uma IES.

SECÇÃO II

CENÁRIOS DE FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO

3. CENÁRIOS DE FORMAÇÃO PARA O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

3.1 Enquadramento justificativo

Os resultados da análise global da educação de infância e as limitações que os atuais estudos do subsistema colocam ao cumprimento dos seus fins e objetivos, suscitam um equacionamento estrutural da formação dos profissionais que considere, entre outros pressupostos:

- ✓ o peso do subsistema das aprendizagens fundamentais para o desenvolvimento integral da criança na primeira infância;
- ✓ o confronto dos perfis profissionais existentes com as necessidades de adequação da formação com os fins e objetivos educacionais instituídos pela Lei de Bases do Sistema Educativo;
- ✓ o desenho de cenários de habilitação profissional para o exercício no subsistema, tinentes a promover a sua função propedêutica, bem como a universalização a todas as crianças, incorporando a posição política do Governo de enquadrar a educação pré-escolar “nos objetivos da universalização do acesso à educação, visando, por um lado, o desenvolvimento da criança e, por outro, a sua socialização e preparação para o ingresso na educação escolar” (LBSE, com revisões até 2018);
- ✓ o desenvolvimento e a regularização administrativa do exercício profissional na educação de infância, por processos formativos de habilitação dos atuais dos profissionais e propostas de reafetação no subsistema, alinhando-se com os níveis de qualificação académica e profissional do Sistema Nacional de Qualificações.

Para o Ministério da Educação e seus parceiros educacionais, é incontornável investir na criação de condições e mecanismos de promoção da educação pré-escolar nos termos instituídos, para efetivar o acesso universal das crianças em idade de frequência do subsistema e o sucesso na aquisição das aprendizagens básicas de desenvolvimento e transição para o ensino escolar.

É neste sentido que aqui se enquadra o exercício de planificação realizado sobre a educação de infância, no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores (PNFP, 2019), particularmente no que se refere ao pré-escolar. Com isso, pretende-se preparar um conjunto de respostas aos desafios do desenvolvimento do subsistema e a incontornabilidade da sua frequência na preparação para o ingresso na escolaridade obrigatória.

Com esse entendimento, perspetivaram-se dois cenários para esse subsistema:

- ✓ cenário 1 - pelo qual espera-se ter, no horizonte 2025, 50% de Profissionais com formação adequada para o exercício de funções, desses 50% com nível de Educadora de Infância, 50% com nível de Monitora e 0% na categoria de Orientadora.
- ✓ cenário 2 - pelo qual procura-se melhorar ainda mais a qualificação dos profissionais e fixa a meta de 70% de profissionais com a formação de Educadora de Infância e 30% com o nível de Monitoras, mantendo-se a meta de reduzir a 0% a categoria de Orientadoras, por apresentar ausência de qualificação profissional para o exercício de funções nesse subsistema e devido a impossibilidade de enquadramento profissional legal.

Levantamento e da projeção da formação

Se se considerar a política traçada para esse subsistema Educativo, aliada à meta definida que é a ter 70% de Educadoras, 30% de Monitoras e 0% de Orientadoras no horizonte 2027, depreende-se que as necessidades são maiores a nível das duas categorias de maior interesse de manutenção. A categoria de orientadora, não será necessária nos próximos tempos. Haverá a necessidade de fazer uma gestão dessa categoria, em cenários de profissionalização adequados ao Sistema Nacional de Qualificações, visando as atuais orientadoras que os perfis escolares não permitam seguir formação de nível superior.

O quadro 1, que se segue (quadro 3 do PNFP, 2019, p.182), apresenta o comportamento das três (3) categorias funcionais em resposta às metas traçadas, no horizonte 2025 e 2027 respetivamente.

Quadro 3: Necessidade de Qualificação de Profissionais da Educação de Infância: % por ano letivo segundo categorias existentes, no horizonte 20/30 (Cenários 1 e 2)

De Infância	Metas	Ano Base	Ano Letivo										
		2017/2018	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Necessidades profissionais (%)	de 2025	Cenário 1											
Educadoras	50,0%	9,5%	16,3%	23,0%	29,8%	36,5%	43,3%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
Monitoras	50,0%	20,1%	25,1%	30,1%	35,1%	40,0%	45,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
Orientadoras	0,0%	70,4%	58,7%	46,9%	35,2%	23,5%	11,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Necessidades profissionais (%)	de 2027	Cenário 2											
Educadoras	70,0%	9,5%	16,2%	22,9%	39,8%	49,8%	59,9%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%
Monitoras	30,0%	20,1%	21,2%	22,3%	25,1%	26,7%	28,4%	30,0%	30,0%	30,0%	30,0%	30,0%	30,0%
Orientadoras	0,0%	70,4%	62,6%	54,8%	35,2%	23,5%	11,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Cálculo dos autores, com base no modelo de simulação (PNFP, 2019)

No quadro acima, deve-se entender que as atuais designações das categorias de monitora e orientadora são categorias funcionais que devem desaparecer, quanto à nomenclatura, no ajustamento ao SNQ (2020). Adequando a nomenclatura ao SNQ, passa-se a operacionalizar 3 categorias profissionais reguladas: técnico superior (licenciados), técnico profissional de nível IV (equivalente ao CESP) e cuidador de infância (técnico profissional de nível "III").

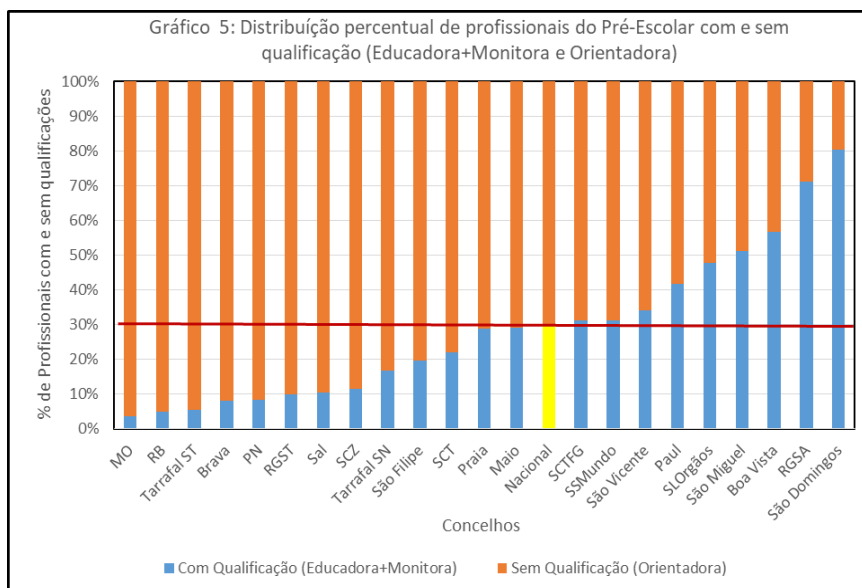
Nos próximos anos, Cabo Verde deverá assegurar à integração do educação pré-escolar como nível de iniciação ou função propedêutica, conforme instituído pela revisão da Lei de Bases do Sistema educativo, em 2018. Com esse sentido, de acordo com o quadro, a partir de 2027 (cenário 2) prevê-se que os perfis profissionais da educação de infância, estejam melhor alinhados com os fins e objetivos do Governo para a faixa etária correspondente, de promover o desenvolvimento integral das crianças dos 0 aos 6 anos.

No momento, a educação de infância, particularmente os anos do pré-escolar, apresenta-se com um perfil formativo muito diverso e inadequado face às necessidades nacionais e à sua função no Sistema Educativo. Reforça-se essa noção com um estudo realizado em 2019, tomando como referência dados de 2017/18, pelo qual se apresentou as seguintes justificações para o perfil profissional da educação pré-escolar:

"custo dessas profissionais que inibe muitas entidades de as contratar, devidos aos poucos recursos disponíveis para esse subsistema, por um lado e por outro, eventualmente, devido à pouca importância a que se dá esse subsistema; ii) fuga dessas profissionais para outros níveis de ensino, nomeadamente para o Ensino Básico e para outros setores de

atividades. Associado a esses fatores junta-se a desmotivação das Educadoras por não terem uma carreira aliciante, nem do ponto de vista salarial nem do ponto de vista do *status* social”. (Brito & Borges, 2019, pp. 14-15)¹².

O gráfico1 (gráfico 5 de Brito & Borges, 2019, p.13) permite uma rápida apreensão do panorama nacional, quanto à % dos efetivos em exercício de funções nas diferentes categorias profissionais na educação de infância, no ano letivo 2017/18.



Fonte: Brito & Borges (2019)

Em 2018, os profissionais do Educação de infância totalizavam 1 435 indivíduos, distribuídos por 9,5% de educadoras, 20,1% de monitoras e 70,4% de orientadoras. A grande maioria dos profissionais desempenhavam a função de orientadora, representando um valor médio de 70,6% enquanto as duas outras categorias juntas contribuíam apenas com 29,6% dos mesmos. Também, notava-se uma tendência decrescente dos ingressos a partir dos 5 anos de idade.

Por esse estudo, “a taxa de acolhimento de crianças de 4 e 5 anos nos últimos 5 anos (2013-2018) tende a degradar, sobretudo a partir de 2015/2016, tendo passado de 87,8 para 80,2%, invertendo a tendência crescente verificada nos primeiros anos do quinquénio. A mesma tendência foi registada, no mesmo período, a nível de crianças com 5 anos, tendo passado de 90,1 para 83,8%, acusando uma perda de cerca de 6,3 pontos percentuais” (Brito & Borges, 2019, p. 13).

Esses dados são bastante representativos e preocupantes, quanto à qualidade da ação educativa no pré-escolar. Sabendo que o subsistema deve ser assegurado por educadores de infância, enquanto profissionais com habilitação suficiente para o exercício da função, esta categoria contribuía com um valor muito abaixo na ordem de 10%. Naturalmente, uma situação que põe em causa de forma irrefutável a qualidade educativa que se espera do subsistema.

Quando se confronta essa deficiência com a finalidade educativa da educação pré-escolar, assim como defendida nas orientações da política educativa para o subsistema, pelo qual “enquadra-se nos objetivos da universalização do acesso à educação, visando por um lado, o desenvolvimento da criança e, por outro, a sua

¹² Brito, P. & Borges, A. (2019). *PROPOSTA DO DOCUMENTO DE POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM CABO VERDE*. 2019-2022. Praia: Ministério da Educação.

socialização e preparação para o ingresso na educação escolar” (Preâmbulo da LBSE), permite advogar que esses dados mostram clara fragilidade da atual educação pré-escolar. Aquela que, por si só, constitui suficiente indicador do estado da arte educacional, no que tange a sua função propedêutica e à transição para o primeiro ciclo do ensino básico.

Preocupa a capacidade das 70,4% das orientadoras e das 20,1% de monitoras que asseguravam a quase totalidade da ação educativa na Educação de infância (2017/18), de contribuir para a realização dos objetivos educacionais do subsistema, conforme determinados pela LBSE, a saber:

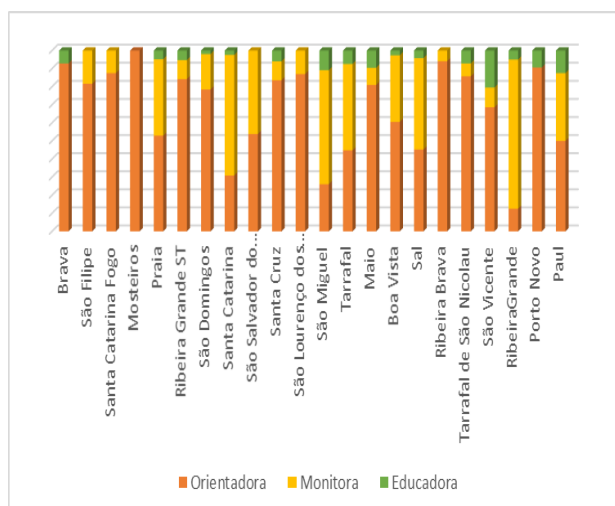
- ✓ apoiar o desenvolvimento equilibrado das potencialidades da criança;
- ✓ possibilitar à criança a observação e a compreensão do meio que a cerca;
- ✓ contribuir para a estabilidade e segurança afetiva da criança;
- ✓ facilitar o processo de socialização da criança;
- ✓ possibilitar a familiarização das crianças com a língua portuguesa e o desenvolvimento de habilidades motoras, psicomotoras e normas de convívios positivas necessárias ao ingresso no 1º ano do ensino básico;
- ✓ promover a aprendizagem das línguas oficiais e, de pelo menos, a uma língua estrangeira;
- ✓ favorecer a revelação de características específicas da criança e garantir uma eficiente orientação das suas capacidades.

Há uma distinção subjacente ao diploma entre o que é a educação pré-escolar e as demais formas de intervenção na educação de infância, que é preciso ter em devida conta, para quem gere a educação e, particularmente, a formação de professores. Para as Nações Unidas, a primeira infância abrange as crianças dos 0 aos 6 anos.

Tendo em conta esse intervalo, podemos delimitar a educação de infância pelo intervalo de 0 aos 6 anos, sendo que os dois últimos anos correspondem à educação pré-escolar, ou seja, “2. A educação pré-escolar destina-se a todas as crianças a partir do ano em que atingem os 4 anos de idade.” (art. 16º, da LBSE, revisão de 2018), cabendo ao Estado “(...) garantir as condições e as medidas que permitam o acesso a todas as crianças à educação pré-escolar” (p. 4, do art 16º, da mesma Lei). Assim sendo, o Plano Nacional de Formação de Professores (2019) contempla este subsistema, prevendo a habilitação dos profissionais em exercício de funções, para garantir a melhoria dos resultados educativos entre o pré-escolar e o ensino escolar.

Os dados de 2021, recolhidos com o apoio direto das delegações e equipas locais (gráfico 2 e quadro 2 que se seguem), indicam um panorama nacional de desaceleração do quadro geral dos profissionais da educação de infância. As explicações mais imediatas poderão estar associadas ao contexto pandémico e consequente recuo, com as crianças a ficarem retidas em casa. Uma situação que terá levado ao encerramento de estabelecimentos de acolhimento das crianças, principalmente aqueles que dependem da iniciativa privada.

Gráfico 2 e quadro 2: Profissionais da Educação de Infância (dados provisórios de 2020/21)



Concelho	Profissionais			Total
	Orientadora	Monitora	Educadora	
Brava	26		2	28
São Filipe	49	11		60
Santa Catarina Fogo	14	2		16
Mosteiros	28			28
Praia	155	124	14	293
Ribeira Grande ST	16	2	1	19
São Domingos	40	10	1	51
Santa Catarina	38	82	3	123
São Salvador do Mundo	7	6		13
Santa Cruz	56	7	4	67
São Lourenço dos Órgãos	20	3		23
São Miguel	12	29	5	46
Tarrafal	30	32	5	67
Maio	17	2	2	21
Boa Vista	23	14	1	38
Sal	43	48	4	95
Ribeira Brava	16	1		17
Tarrafal de São Nicolau	12	1	1	14
São Vicente	114	18	34	166
Ribeira Grande	5	33	2	40
Porto Novo	29		3	32
Paul	8	6	2	16
Nacional	758	431	84	1 273

A cenarização, que se segue, considerará o total de 1273 profissionais. Desses, 758 são orientadoras (59,5%), 431 monitoras (33,9%) e apenas 84 educadoras (6,6%). Das educadoras, há a distinguir as que têm curso superior e as que têm cursos profissionais. Comparativamente com o cenário apresentado no gráfico de 2018, o peso das necessidades de formação das diferentes categorias não se altera em substância e significância. Contudo, face à Pandemia, há uma diminuição de ativos provocada por eventual encerramento de salas dedicada à educação de infância.

Uma análise dos perfis, caso a caso, poderá alterar o panorama atual se se considerar que alguns desses profissionais terão continuado os estudos no nível de formação profissional e formação superior em educação de infância. Assim sendo, o peso financeiro de resolução poderá ser menos significativo do o que se espera. O mesmo pode, ainda, ser reduzido se for concentrado na educação pré-escolar, numa primeira fase.

As soluções que se apresentam constituem formas de resolução da formação dessas profissionais, de alinhamento dos perfis com as orientações do Plano Nacional de Formação de Professores - horizonte 2020/2030.

3.2 Cenários de alinhamento das categorias funcionais de educadora e monitora: formação e funções

Regra geral, todas as profissionais que tenham como formação de base o 12º ano de escolaridade devem gozar da oportunidade de realizar a formação inicial em Educação de Infância (entenda-se licenciatura).

As categorias de monitora e de orientadora não se enquadram nas categorias profissionais existentes. São categorias funcionais de resolução de problemas de enquadramento das profissionais. Por essa razão, essas designações devem ser descontinuadas, para dar lugar àquelas que traduzem as respetivas categorias profissionais, reguladas pelo Sistema Nacional de Qualificações.

A formação das atuais monitoras e das educadoras que se encontram profissionalizadas, sem grau académico, deve seguir a seguinte forma de equacionamento:

- Formação de nível superior para as profissionais que tiverem o 12º ano de escolaridade ou equivalente;

- b) Formação profissionalizante (sem grau académico), baseado num cenário de acesso, tendo como referência os perfis de saída instituídos pelo SNQ, combinados com anos de escolarização e experiência profissional;
- c) Reconverter as figuras profissionais funcionais de “monitora” e “orientadora” para as “categorias de “técnico profissional de educação de infância” e “cuidador de infância” respetivamente, para assegurar o seu enquadramento normativo, alinhado com o Sistema Nacional de Qualificações e com o Estatuto de Carreira do Pessoal Docente.

Vejam-se os cenários, de 1 a 5, que se seguem.

CENÁRIO 1

HABILITAÇÕES (perfis de saída, SNQ, 2020)	Curso de Educação de Infância
QUALIFICAÇÃO (SNQ, 2020)	Formação superior (Grau de licenciado. Nível VI do Sistema Nacional de Qualificações)
DESTINATÁRIOS (Perfis de entrada)	<p>a) Profissionais habilitados com o 12º ano de escolaridade, enquanto requisito de entrada no ensino superior.</p> <p>b) Profissionais habilitados com disciplinas do secundário, mediante validação de competências e realização prévia de módulos complementares de alinhamento das aprendizagens em substituição das disciplinas não efetuadas no processo regular de escolarização. Essa formação prévia enquadra-se no conceito existente de “Ano Complementar Profissionalizante”.</p> <p>c) Profissionais habilitados com um curso profissional de nível IV e V em qualquer ramo da educação ou formação de professores (inclui as educadoras com formação profissional).</p>
OBJTIVOS	<p>- “(...) promover uma prática educativa de qualidade e responder os desafios atuais da educação de infância, com vista ao desenvolvimento harmonioso da criança, sustentado em conhecimentos científicos específicos” (Uni-CV).</p> <p>- “Formar futuro educador para a educação de infância seja baseada em princípios que lhe permitam intervir técnica e pedagogicamente de modo crítico, criativo e comprometido com a educação das crianças” (Uni-CV).</p> <p>- Assumir as responsabilidades curriculares e pedagógicas inerentes ao desenvolvimento integral da criança, no qual se inclui a função propedêutica.</p> <p>- Formar profissionais capazes de atender crianças de 0 a 6 anos provendo a satisfação das suas necessidades educativas e de desenvolvimento.</p> <p>- Apoiar os processos de desenvolvimento de crianças com NEEs.</p>
CONHECIMENTOS (SNQ, 2020)	“Conhecimentos aprofundados de uma determinada área de estudo ou de trabalho que implica a compreensão crítica de teorias e princípios” ou seja, domínio de conhecimentos e competências bastantes a atividade profissional na área de educação de infância.
APTIDÕES (SNQ, 2020)	<p>“Aptidões avançadas que revelam a mestria e a inovação necessárias à resolução de problemas complexos e imprevisíveis numa área de especialização de estudos ou de trabalho”.</p> <p>“Assumir responsabilidades em matéria de gestão do desenvolvimento profissional pessoal e coletivo”, ou seja funções docentes, de coordenação curricular e pedagógica e de supervisão para o nível da educação de infância”.</p>
ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL (SNQ, 2020)	Licenciado em Educação de Infância
GRUPOS ETÁRIOS DE AÇÃO	Crianças dos 0 aos 6 anos

CENÁRIO 2

HABILITAÇÕES (perfis de saída, SNQ, 2020)	Curso Técnico Profissional de Educação de Infância
QUALIFICAÇÃO (SNQ, 2020)	Formação profissional (Certificado de qualificação profissional de nível IV, do Sistema Nacional de qualificações) (sugestão de ser nível V)
DESTINATÁRIOS (Perfis de entrada)	Monitoras e Orientadoras com habilitações entre o 8º a 10º ano de escolaridade, mediante validação de competências adquiridas no exercício profissional e/ou na acumulação de formações de natureza profissionalizante.
OBJETIVOS	Preparar profissionais qualificados (educadores auxiliares de infância) capazes de cuidarem de crianças dos 0 aos 6 anos de idade, promovendo o seu crescimento e desenvolvimento global, assim como, a sua saúde e segurança. - Proporcionar um cuidado afetuoso e individualizado a crianças entre os 0 e os 6 anos de idade; - Apreender os conceitos inerentes ao desenvolvimento da criança (dos 0-6 anos) em matérias de atender e educar; - Estar capacitado para desempenhar o papel do educador auxiliar de infância; - Assumir as peculiaridades da profissão; - Apoiar os processos de desenvolvimento e aprendizagem das crianças de 0 aos 6; - Apoiar os processos de desenvolvimento de crianças com NEEs, na primeira infância, através de atividades da estimulação física e cognitiva.
CONHECIMENTOS (SNQ, 2020)	"Conhecimentos factuais e teóricos em contextos alargados numa área de estudo ou de trabalho, relevante para a função".
APTIDÕES (SNQ, 2020)	"Uma gama de habilidades cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções para problemas específicos de uma área de estudo ou de trabalho". "Gerir a própria atividade no quadro das orientações estabelecidas em contextos de estudo ou de trabalho geralmente previsíveis, mas suscetíveis de alterações". "Supervisionar as atividades de rotina de terceiros, assumindo determinadas responsabilidades em matéria de avaliação e melhoria das atividades, em contexto de estudo ou de trabalho". "Assumir responsabilidades pelos seus resultados em situações de trabalho e de aprendizagens semiestruturadas". "Trabalhar de forma independente quando se requer a tomada de decisão imediata e com alguma iniciativa. Conseguir definir os seus objetivos e metas, de acordo com os objetivos e metas da organização e gerir eficazmente o tempo disponível".
ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL (SNQ, 2020)	Técnico Profissional de Infância
GRUPOS ETÁRIOS DE AÇÃO	Crianças dos 0 aos 6 anos

3.3 Oferta formativa em educação de infância

Para o cenário 1, já existe uma Licenciatura em Educação de Infância, embora com pouca procura pelos recém-saídos do ensino secundário, supostamente por não haver uma carreira para a docência em educação de infância.

Para dar continuidade a essa oferta formativa, considera-se fundamental a análise dos planos de estudos e programas da mesma, pela instituição de ensino superior público, para verificar o equilíbrio entre as diversas componentes de habilitação profissional dos professores, alinhando-se com o suporte normativo em processo de institucionalização. Igualmente, importa perceber como foram racionalizados os conteúdos das aprendizagens nos âmbitos das TIC e das NEEs, as quais desejam-se transversais a todos os cursos de docência, pelo menos para garantir as aprendizagens essenciais ao desempenho profissional.

Considerando um período de quatro anos de estudos, entre 2021 e 2025/26, o primeiro conjunto de licenciados estará a concluir o curso e a reforçar a educação de infância, particularmente marcada pelas necessidades da educação pré-escolar a meio da década de 2020/2030.

A validação de competências e a obtenção de equivalências, em uma ou mais disciplinas, por profissionais que se encontram na condição de monitora ou mesmo de orientadora e que garantam as condições exigidas para entrar nesse curso, salvaguardadas as necessidades de atualização dos conhecimentos, face às exigências e desafios de modernização inerentes. Reduz-se o tempo de estudo e antecipa-se alguma satisfação de necessidades do sistema, neste âmbito de intervenção docente.

Para o cenário 2, uma nova oferta formativa para a habilitações da função de Técnico Profissional de Educação de Infância, também permite antecipar resultados de qualificação para esse subsistema antes de 2025 e resolver problemas de financiamento público e privado. Adicionalmente, regulariza a categoria profissional das atuais monitoras, dando-lhes a possibilidade de terem uma carreira de nível da formação profissional, quando não tenham os requisitos exigidos para o ingresso no ensino superior. Sem contar com o facto do enquadramento da função profissional de monitora não ser uma categoria profissional na formação de professores, ou mesmo de outras áreas.

3.4 Plano de extinção da categoria funcional de orientadora

Como se viu, em 2017/18, o enquadramento profissional na categoria de orientadora apresentava-se com uma média acima dos 70% dos profissionais. No alinhamento e profissionalização pretendidos, o percurso normal de desenvolvimento do Sistema Educativo indica a eliminação dessa categoria e a reconversão das profissionais, quer mediante formação para a reafetação, quer mediante a realocação em outros sistemas que não requeiram intervenção profissional complexa e altamente especializada como a educação de infância.

Consideraram-se o peso que essa função tem gestão dos ativos da educação de infância e a ausência de pressupostos legais legitimadores da sua existência como categoria profissional da formação de professores, e indicaram-se resoluções de adequação com soluções formativas dirigidas aos ativos que queiram permanecer na nesse subsistema ou eventualmente transitar para sistemas sociais semelhantes.

Para isso, seguiram-se as disposições legais do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ, 2020). Nesse sistema, a opção que mais se adequou ao cenário de resolução para a manutenção da atividade profissional na educação de infância, foi o seu enquadramento na família profissional “Serviços Sociais Culturais e Comunitários” (SSC), nos códigos e qualificações profissionais “SSC001_2 Cuidador/a de Infância (0-4 anos)” e “SSC002_3 Cuidador/a de Dependente (Idoso/Pessoa com deficiência). Com esse entendimento, apresentam-se soluções nos cenários 3 e 4, que se seguem.

CENÁRIO 3

HABILITAÇÕES (perfis de saída, SNQ, 2020)	Cursos Profissional de Cuidador de Infância
QUALIFICAÇÃO (SNQ, 2020)	Formação Profissional (Certificado de qualificação profissional de nível II, do Sistema Nacional de qualificações) (sugestão para ser no nível III).
DESTINATÁRIOS (Perfis de entrada)	Profissionais em exercício de funções de Orientadora, com formação escolar entre o 4º e o 6º ano de escolaridade, correspondendo ao antigo e atual 1º ciclo do ensino básico.
OBJETIVOS	<p>Dominar os conceitos e práticas inerentes ao apoio ao desenvolvimento integral das crianças dos = aos 3 anos;</p> <p>Apoiar a educação de infância, na faixa etária dos 0-3 anos nos domínios de acolhimento e prestação de cuidados auxiliares da ação educativa.</p>
CONHECIMENTOS (SNQ, 2020)	“Conhecimento das operações básicas numa área de trabalho ou de estudo, apresenta ideias e conceitos através da comunicação oral e escrita eficaz.”, ou seja
APTIDÕES (SNQ, 2020)	“Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples”
ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL (SNQ, 2020)	Cuidador de infância
GRUPOS ETÁRIOS DE AÇÃO	Crianças dos 0 aos 3 anos

CENÁRIO 4

HABILITAÇÕES (perfis de saída, SNQ, 2020)	Cursos Profissional de Cuidador de Pessoa Dependente – Criança com NEEs
QUALIFICAÇÃO (SNQ, 2020)	Formação Profissional (Certificado de qualificação profissional de nível II, do Sistema Nacional de qualificações) (sugestão de nível III).
DESTINATÁRIOS (Perfis de entrada)	Profissionais em exercício de funções de Orientadora, com formação escolar entre o 4º e o 6º ano de escolaridade, correspondendo ao antigo e atual 1º ciclo do ensino básico.
OBJETIVOS	<p>Dominar os conceitos e práticas inerentes ao apoio ao desenvolvimento integral das crianças dos = aos 3 anos;</p> <p>Apoiar a educação de infância, na faixa etária dos 0-3 anos nos domínios de acolhimento e prestação de cuidados auxiliares da ação educativa.</p> <p>Apoiar a assistência e cuidados à criança com NEEs, zelando pelo desenvolvimento de competências pessoais e sociais de autonomização;</p> <p>Apoio o desenvolvimento de atividades educativas de estimulação física e cognitiva.</p>
CONHECIMENTOS (SNQ, 2020)	<p>“Conhecimento das operações básicas numa área de trabalho ou de estudo, apresenta ideias e conceitos através da comunicação oral e escrita eficaz.”, ou seja...</p> <p>ter noções básicas e estratégias de intervenção para apoiar as atividades dirigidas a crianças com NEEs.</p>
APTIDÕES (SNQ, 2020)	“Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples”
ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL (SNQ, 2020)	Cuidador de criança com NEEs
GRUPOS ETÁRIOS DE AÇÃO	Crianças dos 0 - 3 anos

3.5 Opção complementar de formação, reconversão e realocação profissionais

A título de exceção, é criada mais uma opção de enquadramento profissional das atuais Orientadoras fora do Sistema Educativo, ainda dentro da família profissional “Serviços Sociais Culturais e Comunitários” (SSC), com o código “SSC002_3 Cuidador/a de Dependente (Idoso/Pessoa com deficiência), projetou-se um curso destinado ao cuidador da pessoa idosa, conforme cenário 5.

CENÁRIO 5

HABILITAÇÕES (perfis de saída, SNQ, 2020)	Cursos Profissional de Cuidador da Pessoa Dependente - Idoso
QUALIFICAÇÃO (SNQ, 2020)	Formação Profissional (Certificado de qualificação profissional de nível II, do Sistema Nacional de qualificações)(sugestão nível III).
DESTINATÁRIOS (Perfis de entrada)	Profissionais em exercício de funções de Orientadora, com formação escolar entre o 4º e o 6º ano de escolaridade, correspondendo ao antigo e atual 1º ciclo do ensino básico.
OBJETIVOS	Apoiar a assistência e cuidados à pessoa idosa mantendo-os: 1. higienizados; 2. física, intelectual e civicamente ativos. Apoio ao acolhimento e cuidados de natureza social/ não clínica, a idosos institucionalizados.
CONHECIMENTOS (SNQ, 2020)	“Conhecimento das operações básicas numa área de trabalho ou de estudo, apresenta ideias e conceitos através da comunicação oral e escrita eficaz.”
APTIDÕES (SNQ, 2020)	“Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples”
ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL (SNQ, 2020)	Cuidador de dependente idoso
GRUPOS ETÁRIOS DE AÇÃO	Cidadãos da terceira idade

A extinção da função de orientadora pode ser cuidadosamente preparada em três etapas sequenciais:

- ✓ primeira etapa – criar condições materiais, humanas e organizacionais para a oferta formativa na área social de cuidados, correspondente ao nível II do SNQ: a) Curso de Cuidador de infância; b) de Cuidador de Crianças com NEEs; c) Cuidador da pessoa Idosa;
- ✓ segunda etapa – implementar a formação para habilitar os ativos que estejam a laborar na categoria de orientadora e que queiram seguir a formação profissional nos cursos profissionais da área social de cuidados;
- ✓ terceira etapa – proceder à recolocação das profissionais que evoluíram para a qualificação profissional de “Cuidadora de Infância”; gerar alternativas e apoiar a realocação das cuidadoras formadas no atendimento de crianças com NEEs e da pessoa idosa, junto dos parceiros ou do próprio sistema educativo.

Na generalidade, esses profissionais ficam habilitados para “trabalhar ou estudar sob supervisão, com algum grau de autonomia. Demonstrar a capacidade para desempenhar algumas tarefas independentes em certas oportunidades estruturadas, com níveis intermédios de apoio, direção e supervisão” (SNQ, 2020).

A par das etapas previstas acima, para a manutenção dos ativos deve-se gerar alternativas e apoiar a realocação das que optarem por não seguir a formação ou que tiveram insucesso e que não pretendem insistir na formação. Para estas, recomenda-se o apoio à “migração” para outras áreas de cuidados de natureza social, que não exigem qualificação específica.

Nos casos de orientadoras habilitadas com 12º ano de escolaridade ou estudos equivalentes, essas poderão prosseguir a formação no nível Licenciatura, já que possuem o requisito básico de acesso ao ensino superior.

As orientadoras habilitadas entre o 7º e 10º anos de escolaridade ou equivalente, poderão aceder ao curso de Técnico Profissional de Educação de infância, pelas mesmas razões, considerando o Sistema Nacional de Qualificações.

A validação de competências poderá viabilizar possibilidades de prossecução de estudos superiores, desde que seja realizada de forma criteriosa e que garanta rigor, justiça e justeza na sua concretização.

3.6 Sustentabilidade da educação pré-escolar

- ✓ O Ministério da Educação deverá considerar como prioridades para a educação de infância, a publicação do normativo que regula o pré-escolar, a criação da carreira de educador de infância e o devido enquadramento profissional dos educadores de infância licenciados, nesse subsistema;
- ✓ Alinhando-se o enquadramento profissional com as competências e funções para os quais foram formados, retira-se esses profissionais dos outros subsistemas, para os quais não reúnem competências. Com isso, qualifica-se a educação de infância e qualificam-se os outros subsistemas, com reflexos positivos para a qualidade da atividade educativa e para com as expetativas de enquadramento profissional desses educadores;
- ✓ Garantia da formação de professores em educadores de infância de nível superior para cobrir a coordenação e a supervisão localizada nas áreas geográficas de cada agrupamento de escolas;
- ✓ Garantia de que o ME, enquanto organismo tutelar da atividade educativa, assegure o controlo do normal funcionamento curricular e pedagógico da educação pré-escolar;
- ✓ Garantia de respostas eficientes pelo ME na execução de projetos de desenvolvimento da educação de infância, particularmente dirigidos ao pré-escolar devido a sua função propedêutica, envolvendo financiadores nacionais, internacionais e supranacionais;
- ✓ Garantia de que os diversos intervenientes da educação de infância assegurem as condições materiais e humanas mínimas de funcionamento, desenvolvimento e segurança das crianças dos 0 aos 6 anos;
- ✓ Garantir a cooperação e a corresponsabilização operacional e financeira dos stakeholders, públicos e privados,

4. CENÁRIOS DE FORMAÇÃO PARA OS SUBSISTEMAS DE EDUCAÇÃO DE ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO

4.1 Enquadramento justificativo

De igual modo que a educação de infância, o Plano Nacional de Formação de professores identificou as atuais necessidades de formação dos professores ativos dos ensinos básico e secundário, colocando em evidência um défice de formação de grande expressividade, quer a nível da formação inicial, quer a nível da formação contínua. Esta última, para colmatar as carências surgidas pela renovação curricular e pedagógica e pelo novo olhar para o desenvolvimento do conhecimento profissional docente.

A caracterização genérica dos atuais perfis dos professores, levou a considerar diferentes categorias de enquadramento e de gestão da formação, nomeadamente professores:

- ✓ sem Formação (Professores com 12º e menos, Formação Profissional, EICM, EHPPE;
- ✓ com formação média (1ª Fase/ Magistério Primário;
- ✓ com o curso médio/IP/2ª Fase;
- ✓ com um bacharelato;
- ✓ licenciados sem componente pedagógica (licenciaturas diversas da via técnica) e;
- ✓ licenciados sem componente científica e didática específica.

4.2 Reinterpretação do levantamento de necessidades e projeção da formação

No quadro 3, que se segue (adaptado do quadro 4, do PNFP, p. 25), apresenta-se a estrutura das necessidades de formação dos professores ativos, excluindo a educação de infância, em 2018, subdivididos por 5 categorias de perfis de formação, identificando-se como exposto anteriormente.

Quadro 3: Necessidade de formação de professores no sistema, em 2018, por região, segundo nível de formação

Grau Académico/Habilitações Literárias	Região		Subtotais
	Barlavento	Sotavento	
Graduação			2561
<i>Licenciatura de raiz/ formação inicial</i> Perfil atual: sem formação	113	209	322
<i>Licenciatura complemento I/ planos de conclusão da formação inicial</i> Perfil atual: Curso Médio/IP	580	1 141	1 721
<i>Licenciatura – complemento II- Planos de conclusão da formação inicial</i> Perfil atual: Bacharéis	162	356	518
Especialização de Habilitação para Docência (adequação perfis)			685
<i>EHD1. Especialização de Habilitação para a docência I</i> Perfil atual: licenciados sem componente pedagógica e metodologias específicas	166	284	450
<i>EHD2. Especialização de Habilitação para a docência I</i> Perfil atual: licenciados sem componente científica e metodologias específicas	87	148	235
Totais Nacional	1 108	2 138	3 246

De aproximadamente 7603 profissionais ativos (ensinos básico e secundário), **3246** profissionais não reuniam qualificação bastante para a docência, correspondendo a cerca de 42,6% de professores não graduados ou

graduados sem habilitação para a docência, 2/3 dos quais em Sotavento (dados do Planeamento/ME de 2018, analisados pelo PNFP, 2019). Assim sendo, encontram-se por qualificar cerca de metade dos professores em exercício de funções. Desses, a maioria está em Sotavento (66,1%).

O cenário atual indica que:

- ✓ cerca de 57,2% dos professores sem a formação inicial completa têm um curso médio, encontrando-se muitos deles com formação para o 1º Ciclo do Ensino Básico e a exercer funções a esse nível, necessitam apenas de concluir a formação inicial;
- ✓ a categoria de professores sem formação, representa 11% do total dos professores que devem ser formados é a que suscita mais tempo de formação, uma vez que se trata dum grupo que requer a Formação Inicial na totalidade. Encontram-se a exercer funções nos diferentes níveis de ensino, sendo que para esses apresenta-se como solução a verificação da condição do perfil de entrada para o ensino superior de modo a que possam formar-se na área científica da atuação. Dessa forma habilitam-se os professores mantendo-os nas áreas científicas onde exercem a atividade docente.

Cruzando as necessidades de formação de professores por nível de qualificação e disciplinas/áreas disciplinares/regime de docência, como se segue no quadro 4 (quadro 5 do PLFP, 2019, p.26), abaixo, permite uma especialização dos números apresentados.

Quadro 4: Necessidade de formação de professores no sistema, em 2018, por disciplina

Disciplinas	Grau Académico/Nível de Formação					Total	Peso
	Sem Formação	Curso Médio	Bacharelato	Licen/ Sem Comple Pedagógica	Licen/ Sem Comp/ Científica		
Língua Portuguesa/Comunicação e Expressão	18	111	55	34	29	247	7,6%
Língua Inglesa	14	2	28	21	1	66	2,0%
Língua Francesa	23	6	27	18	4	78	2,4%
Filosofia	-	-	3	6	2	11	0,3%
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	9	6	12	42		69	2,1%
Educação Física e Desporto	5	35	83	10	3	136	4,2%
História/História Económica e Social e de Arte/CCV/estudos Sociais	5	24	27	17	10	83	2,6%
Geografia	1	-	8	9	3	21	0,6%
História e Geografia de Cabo Verde	2	2	7	5		16	0,5%
Ciências da Terra e da Vida/CN/Biologia/Geologia	4	67	23	19	10	123	3,8%
Matemática/Matemática Aplicada	34	125	80	28	22	289	8,9%
Geometria Descritiva/Desenho/Desenho Técnico	6	5	14	3		28	0,9%
Física/Química/Físico-química	26	3	76	15	5	125	3,9%
Economia/Contabilidade/Empreendedorismo/Cálculo Financeiro	2	1	5	52	13	73	2,2%
Sociologia	-	-	-	10	2	12	0,4%
Psicologia	-	-	-	25	2	27	0,8%
Educação Artística	22	38	21	7	3	91	2,8%
FPS/EPC	10	26	9	11	33	89	2,7%
Direito	-	-	-	22	3	25	0,8%
Latim	-	-	-	2		2	0,1%
Monodocência	141	1 268	19	57	89	1 574	48,5%
Disciplinas do Ensino Técnico	-	2	21	37	1	61	1,9%
Total	322	1 721	518	450	235	3 246	100,0 %

Fonte: Cálculo dos autores, com base na BD dos RH do ME, 2017/2018 Obs: Sem Formação (Professores com 12º e menos, Formação Profissional, EICM, EHPPE; 1ª Fase, (Magistério Primário) Curso Médio (Professores com Curso médio, IP/2ª Fase) Bacharelato (Professores com Bacharelato) Licenciatura Sem Componente Pedagógica (15,5% de Professores com Licenciatura) Licenciatura Sem Componente Científica (Ciências da Educação e Gestão)

Uma análise atenta permite constatar que o regime da monodocência representa a maior necessidade de formação, em cerca de 49,3%, com grande concentração no curso médio (42,1%), explicado pelo facto de a maioria dos professores do ensino básico possuir o Curso de Formação de Professores do antigo Instituto Pedagógico, qualificação suficiente para o exercício de funções antes da entrada em vigor do Estatuto de Carreira do Pessoal Docente (2015), a habilitação mínima para a docência passou a ser o grau de licenciatura.

No horizonte 20/30, deverão realizar a formação em exercício:

- ✓ 322 professores para a obtenção de licenciaturas de raiz;
- ✓ 2239 professores para a realização de complementos/ ou planos de conclusão das respetivas licenciaturas;
- ✓ 685 que devem ser profissionalizados por pós-graduações/especializações desenhadas para esse fim.

Nos percursos de implementação do Plano Nacional de Formação de Professores, o Sistema Educativo deverá proceder ao início da formação em exercício de alinhamento dos perfis com as necessidades de formação de professores, em setembro de 2021.

As expectativas são para que, no horizonte 2030, o sistema esteja em perfeita harmonia com as necessidades do Sistema Educativo. Igualmente, com os normativos existentes, designadamente a Lei de Bases, o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, a Lei de Bases da Função Pública, o Plano de Cargos Carreiras e Salários da Administração Pública, bem como, com aqueles em curso para a normalização do Sistema Nacional de Formação de Professores (PNFP, 2019).

4.3 Formação de professores dos ensinos básico e secundário

O quadro 5, que se segue (adaptado do quadro 7 do PNFP (2019), apresenta uma planificação da formação em exercício, entre 2021 e 2024, concentrando os fluxos de entrada nesses anos, prevendo-se as saídas até 2027 no caso de licenciaturas de raiz.

Quadro 5: Planificação dos fluxos de entrada em função das necessidades de formação

Disciplinas	META	Ano Base	Ano letivo de Início da Formação								
		2018	2021/22			2022/23			2023/24		
			Licenciatura	Complemento Licenciatura	Habilitação Docência	Licenciatura	Complemento Licenciatura	Habilitação Docência	Licenciatura	Complemento Licenciatura	Habilitação Docência
Língua Portuguesa/Comunicação e Expressão	0	247	18	60	63	0	60	0	0	46	0
Língua Inglesa	0	66	14	30	22	0	0	0	0	0	0
Língua Francesa	0	78	23	33	22	0	0	0	0	0	0
Filosofia	0	11	0	3	8	0	0	0	0	0	0
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	0	69	9	18	42	0	0	0	0	0	0
Educação Física e Desporto	0	136	5	40	13	0	40	0	0	38	0
História/História Económica e Social e de Arte/CCV/estudos Sociais	0	83	5	25	27	0	26	0	0	0	0
Geografia	0	21	1	8	12	0	0	0	0	0	0
História e Geografia de Cabo Verde	0	16	2	9	5	0	0	0	0	0	0
Ciências da Terra e da Vida/CN/Biologia/Geologia	0	123	4	30	29	0	30	0	0	30	0
Matemática/Matemática Aplicada	0	289	34	75	50	0	75	0	0	55	0
Geometria Descritiva/Desenho/Desenho Técnico	0	28	6	19	3	0	0	0	0	0	0
Física/Química/Físico-Química	0	125	26	30	20	0	30	0	0	19	0
Economia/Contabilidade/Empreendedorismo/Calculo Financeiro	0	73	2	6	65	0	0	0	0	0	0
Sociologia	0	12	0	0	12	0	0	0	0	0	0
Psicologia	0	27	0	0	27	0	0	0	0	0	0
Educação Artística	0	91	22	30	10	0	29	0	0	0	0
FPSEPC	0	89	10	35	44	0	0	0	0	0	0
Direito	0	25	0	0	25	0	0	0	0	0	0
Latim	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Monodocência	0	1 574	71	350	70	70	330	297	0	310	76
Disciplinas Ensino Técnico	0	61	0	23	38	0	0	0	0	0	0
Total	0	3 246	252	824	609	70	620	297	0	498	76

Com o início da formação em exercício no ano letivo 2021/22, a resolução das necessidades identificadas pelo PNFP (2019) foi reajustada, para se ter o fluxo corrigido e perfis formativos alinhados em 2025 e 2027.

CURSOS	ANOS LETIVOS /início formação			
	2021/22	2022/23	2023/24	Subtotais
Licenciatura	252	70	0	322
Complementos	824	620	498	1942
Esp/Habilitação para a docência	609	297	76	982
Total	1685	987	574	3246

Apesar dos fluxos de entrada estarem claramente definidos, a transformação desses números em pessoas reais poderá determinar a sua redução, se se considerar que:

- ✓ Uma % de profissionais terá feita a licenciatura ou está em processo de licenciatura;
- ✓ Cerca de 10% do total desses profissionais não terão reunidas as condições impostas pela carreira docente (Estatuto, 2015), para que possam prosseguir na formação inicial;
- ✓ Uma % de ativos licenciados em outros domínios, que não a formação de professores, podem ter saído do Sistema para trabalhar na sua área profissional, diminuindo a demanda da formação contínua de nível de pós-graduação, para a especialização para a docência;

Quanto for possível dispor de dados de planeamento e gestão de recursos humanos, poder-se-á fazer caracterização exata dos ativos docentes, considerando as condições de exceção referidas, o que tenderá a baixar o número de professores que poderão prosseguir com a formação em exercício, nas categorias identificadas.

No horizonte 21/24, a concentração das entradas para a formação para facilitar a conclusão dos estudos pelos ativos, com grande significado em 2026 e acelera-se o alinhamento para garantir eventuais correções, tendo como meta o ano 2030.

Vejam-se os cenários de 1 a 3, que se seguem.

CENÁRIO 1

No cenário 1, as soluções que se apresentam são:

- ✓ Os ativos sem qualquer formação académica – devem contar com ofertas formativas de graduação, visando cobrir as áreas científicas dos grupos de docência, que carecem de ciclos de estudos de licenciaturas via ensino;
- ✓ Os ativos que dispõem de formação média/bacharelato – devem contar com oferta formativa, na forma de complemento do ciclo de estudos de licenciatura, integradas nas licenciaturas existentes. Terão uma duração até 2 anos, para fechar o ciclo de estudos e desenvolver competências profissionais de qualificação da ação educativa.

Sendo uma formação de média duração, num tempo relativamente curto permitirá estabilizar as áreas de ensino carentes de adequação profissional.

Os complementos do ciclo de estudos da licenciatura/planos de conclusão do ciclo de estudos de licenciatura, pelas instituições do ensino superior, devem abarcar planos de estudos e programas específicos, abrangendo conhecimentos profissionais essenciais de alinhamento com os perfis desejados, nos quais se integram os novos conteúdos de aprendizagem e desenvolvimento profissional do professor.

- ✓ Os ativos licenciados de várias áreas científicas e técnicas, sem formação na área da docência, devem seguir a formação num curso de especialização de habilitação para a docência, de forma a adequar o seu perfil profissional.

As duas últimas soluções, permitem habilitar os docentes com competências necessárias para o exercício profissional dentro das expectativas do século XXI e das necessidades do Sistema Educativo.

4.3.1 Revisão e organização dos planos de estudo e programas das licenciaturas

Globalmente, os planos de estudo e programas das licenciaturas deverão incluir conhecimentos suscitados pelos perfis de formação de professores, nomeadamente, sobre:

- ✓ domínios científicos, técnicos e metodológicos adequados às práticas de organização e gestão do currículo e da avaliação da aprendizagem enquadrados na pedagogia crítica socioconstrutivista;
- ✓ ética das relações interpessoais, deontologia profissional e desenvolvimento da carreira, para a humanização do ensino e da aprendizagem, a reabilitação da função e do prestígio social e do dever do desenvolvimento profissional;
- ✓ educação especial e outras necessidades da educação inclusiva, para reunir competências mínimas para compreender e lidar com situações que requeiram uma atuação profissional diferenciada;
- ✓ tecnologias educativas (Tecnologias da Informação e Comunicação) aplicadas às didáticas geral e específica, produção de conteúdos didáticos/educativos, administração e gestão e como recurso de aprendizagem na educação especial;
- ✓ inteligência emocional e mediação, para a análise e intervenção em contexto escolar.

Será importante rever os currículos da formação inicial, para neles se introduzir unidades curriculares com conteúdos tinentes a cobrir às necessidades educativas especiais e aprendizagens profissionais de materialização da educação inclusiva, em geral. Também, será necessário prever uma aprendizagem de produção de recursos pedagógicos lúdico-interativos com o apoio das TIC, para melhor assegurar o ato pedagógico atendendo a situações de deficiências ou outro tipo de perturbações de aprendizagem.

Destacam-se, aqui, a aprendizagem da língua gestual e do braille, bem como, técnicas fundamentais de ensino e de apoio à aprendizagem em contexto de diferentes deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Para 2021/22, poder-se-á considerar a integração de conteúdos visando as novas aprendizagens profissionais em

disciplinas já existentes e, em 2022/23, promover a revisão dos cursos abarcando os planos de estudos e programas em outro grau de profundidade.

CENÁRIO 2

Profissionalização de licenciados a exercer a atividade docente,

Nessa profissionalização (de âmbito da implementação do PNFP, 2019) enquadram-se diversas categorias de licenciados que se encontram a exercer a docência no Sistema Educativo, num total aproximado de 982 profissionais, organizados em duas categorias significativas a prosseguir a pós-graduação, com oportunidades de profissionalização. São essas:

- ✓ **Curso de Especialização em Habilitação para a Docência1 (EHD1)** – dirigido a ativos licenciados nas diversas áreas científicas – realização de pós-graduações de natureza profissionalizante em habilitação para a docência, com uma duração de dois semestres.

Partindo do pressuposto de que existe domínio da área científica de exercício profissional, essas especializações versarão sobre:

- O desenvolvimento curricular (didáticas geral e específica);
- Ética e deontologia profissional;
- Comunicação educacional;
- Tecnologias educativas;
- Educação inclusiva (Noções básicas de intervenção junto de crianças e jovens com NEEs, outras dificuldades de aprendizagem, diferenciação pedagógica e avaliação formativa).

- ✓ **Curso de Especialização para a Docência2 (EHD2)** - Profissionalização de ativos licenciados em Ciências da Educação – organização de curso de pós-graduação profissionalizante de habilitação para a docência, com uma duração de dois semestres

Partindo do pressuposto de que existe domínio das ciências da educação e das tecnologias educativas para o exercício profissional, essas especializações devem comportar:

- Disciplinas da(s) área(s) científica(s) de atividade;
- Desenvolvimento curricular (didática específica);
- Educação inclusiva (Noções básicas de intervenção junto de crianças e jovens com NEEs, outras dificuldades de aprendizagem, diferenciação pedagógica e avaliação formativa).
- Comunicação educacional.

CENÁRIO 3

Professores da educação especial e técnicos da equipa multidisciplinar (sustentabilidade)

A Universidade Pública possui uma licenciatura em educação especial.

As IES, gradualmente, devem garantir licenciaturas em fisioterapia, terapia ocupacional, terapia da fala e psicologia com ramos de especialização em neuropsicologia, psicologia organizacional e educacional, materializando o Plano das necessidades do Sistema Educativo.

A oportunidade de dispor de licenciaturas nessas áreas, permitirá colmatar a incapacidade de os subsistemas realizarem avaliações, diagnósticos e intervenções de apoio ao desenvolvimento dos processos educativos das crianças com necessidades educativas especiais e/ou com outras dificuldades de aprendizagem, visando a individualização ou a diferenciação das experiências educativas no contexto da inclusão educativa.

A distribuição do número de efetivos a formar poderá assumir como critério, as categorias de funções administrativas atribuídas aos agrupamentos.

4.3.2 Cenarização das necessidades por perfis de entrada e de saída

Como um dos pontos de partida para o desenho da oferta formativa ou para a integração na oferta existente, será as instituições do ensino superior auscultarem os serviços de gestão do projeto socioeducativo (do planeamento dos ativos/DGPOD e da orientação da intervenção pedagógica/DNE), apoiando uma abertura criteriosa de ciclos de estudos tendo em conta as necessidades do Sistema Educativo, entre 20/30.

Esta solução comporta a revisão da oferta formativa para garantir, pelo menos, os ciclos de estudo de licenciatura por disciplina/áreas disciplinares, em especial atenção das aquelas acima identificadas. Assim, para o ano letivo 2021/22, deverão encontrar-se a funcionar de forma adaptada quanto aos conteúdos teóricos e metodológicos da profissionalização para inclusão educativa e desenvolvimento integral do aluno, à formação em exercício e em regime de e-learning, pelo menos, os cursos abrangidos por essas áreas científicas.

A solução passará por verificar as exigências do perfil de acesso e/ou prosseguimento no ensino superior, de modo a que possa formar-se na área científica pretendida ou em que esteja a atuar profissionalmente. Dessa forma, proceder à habilitação dos professores, fixando-os nas áreas científicas da sua atividade profissional, quando já detenha alguma formação no domínio de ação. Ou, no caso dos que não tenham qualquer formação, proceder à sua profissionalização de raiz, numa licenciatura via ensino.

Para a solução 1, haverá casos em que os professores não terão formação prévia e que seja necessário realizar todo o ciclo de estudos. O enquadramento dependerá, como ponto de partida, dos requisitos apresentados pelo perfil de entrada cada professor que se encontra no ativo.

4.4 Professores candidatos à formação 2022

São professores candidatos à formação, em 2020/21, os que constam das listas nominais, por conselho e por escola, como se segue em anexo 1, 2 e 3¹³.

4.4.1 Resolução de questões relacionadas com os processos individuais dos professores a formar

O enquadramento dos diferentes professores nos cursos do ciclo de licenciatura ou novas licenciaturas que estejam a ser criadas devem observar cumulativamente, os seguintes **pressupostos**:

- ✓ **Identificação da área científica da docência** - no qual o professor desempenha funções e para a qual realizou estudos de nível médio/ou curso de formação de professores realizado no antigo Instituto Pedagógico ou, mesmo, outro equivalente;
- ✓ **Apuramento do perfil profissional individual atual** - por meio documental e por processo de validação de competências. Implica análise da habilitação académica e da experiência profissional do professor e sua absorção no desenho do seu plano individual de estudos, mediante realização prévia do processo individual e a validação de competências.

Significa dizer que mesmo frequentando uma mesma licenciatura, enquanto ciclo de estudos, os planos individuais dos professores poderão variar, entre si, em função das disciplinas que cada um deverá realizar, a carga horária e tempo de conclusão que implica, para individualmente atingir o número de créditos previstos para esse grau académico;

- ✓ **Formulação de dossier individual** – considerando a projeção de planos de frequência de disciplinas e/ou estágio pedagógico, num determinado curso de um ciclo de estudos de licenciatura, considerando as disciplinas para as quais o docente em formação ainda não obteve formação superior ou não obteve equivalências. Tomar como referência o perfil de entrada versus o perfil de saída pretendido pelo ciclo de estudos mediante um plano de formação individual a desenvolver no interior do ciclo de estudos da licenciatura existente e das que se pretendem iniciar, como novas ofertas formativas;
- ✓ **Titulação** – que implica a junção dos planos individuais realizados (complemento obtido num ciclo de estudos) com o plano de equivalências obtido, para efeitos de atribuição do grau de licenciado no ciclo de estudos, para o qual o professor realizou o complemento de licenciatura/plano de conclusão do grau académico.

4.5 Sustentabilidade docente dos ensinos básico e secundário

Resolução 1 - problemas colocados por ativos não profissionalizados. No que se refere à formação de habilitação própria para a docência ou de habilitação científica para a manutenção na docência, prevêem-se cursos especialização em pós-graduações sem grau académico, com durações até 1,5 anos.

À semelhança da proposta de resolução 1, a situação poderá ficar alinhada entre 2024 e 2025. A solução 2, destina-se a:

¹³ A aguardar dados estatísticos por parte do Sistema, para a caracterização dos perfis de entrada dos professores.

- ✓ licenciados que exercem a função docente, sem que estejam habilitados com a componente pedagógica da profissionalização;
- ✓ licenciados que exercem a função docente, sem que estejam habilitados com a componente científica da área em que exerce a docência.

Resolução 2 - problemas colocados pela atual integração laboral dos profissionais das Ciências da Educação, num total que rondará os 190 sujeitos ativos, mediante uma ação conjunta da DNE, da DGPOG/Serviço de Recursos Humanos, baseada nos seguintes pressupostos de ação administrativa:

- ✓ Parar de alimentar a contratação desses profissionais para o serviço docente, no ano letivo de 2021/22.
- ✓ Rever as opções de empregabilidade destes profissionais pelos Recursos Humanos:
 - numa primeira instância - reafecção nas estruturas centrais e descentralizadas do Ministério da Educação, em diversas funções que necessitam de pessoal com o seu perfil profissional, sobretudo projetos de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem ou mesmo na gestão das escolas;
 - numa segunda instância - em alternativa, podem ser transferidos para o Ministério da Família e outros com forte componente de intervenção social; para o IEFEP ou em organismos e instituições de gestão da formação. Também, podendo ser integrados nos lares, residências estudantis, associações que lidam com a infância e a juventude, entre outras possibilidades educacionais não docentes;
- ✓ Equacionar a gestão das funções para as quais podem ser afetados, tendo em conta o seu perfil profissional, de modo a potenciar a sua ação e a dar-lhes a possibilidade de participarem da melhoria da qualidade dos serviços educativos centralizados, descentralizados, serviços escolares ou organizações de cariz socioeducativas com as suas competências específicas;
- ✓ Libertar, para o serviço docente, os professores profissionalizados que estejam a desempenhar funções de gestão, para preencher os espaços ora ocupados com esses profissionais e ocupar os lugares de gestão educativa e da formação que se encontram nas mãos dos professores, por estes. No fundo, fazer essa troca de funções entre os dois grupos envolvidos de forma a corrigir as colocações e alinhá-las com os perfis profissionais de uns e outros;
- ✓ Para os profissionais das Ciências da Educação que desejam manter-se no ensino, a solução que melhor se apresenta será o desenho de cursos de habilitação para a docência virados para colmatar o défice da formação científica e das didáticas/metodologias específicas.

SECÇÃO III

PLANO INDICATIVO DA FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO (EI, EB, ES) 2022 a 2024

5. FORMAÇÃO CONTÍNUA – ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL PERMANENTE

As necessidades de formação contínua identificadas pelo Plano Nacional de Formação de Professores (2019) e pela Direção Nacional da Educação, em 2021, permitiram perceber as carências sobre o conhecimento profissional dos professores, como também aquelas de outros educadores das delegações concelhias e dos agrupamentos/escolas, considerando a realidade educativa atual.

A proposta de formação para 2020/24, recai sobre as necessidades mais urgentes do processo de atualização e alinhamento das competências profissionais. A superação de outras necessidades deve ser de caráter permanente e integrar-se no planeamento anual da formação contínua desses profissionais.

5.1 Organização e funcionamento da formação contínua

O funcionamento da formação contínua segue os regimes de *e-learning*, *b-learning* ou de alternância.

O acesso à formação deve ser facilitado por recursos localizados para o EaD e as emissões deverão ser feitas a partir das instituições formadoras, as quais deverão preparar-se para tal.

A disponibilização das ações de formação contínua comporta **diferentes formatos**:

a) Curso de formação

Entende-se o *curso de formação* como uma modalidade de Formação Contínua que visa a aquisição, a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos científicos e pedagógico-didáticos e de competências profissionais especializadas. A duração mínima de um curso de formação é de 27 horas e deve organizar-se estruturalmente por módulo(s) de formação.

O número máximo de formandos por curso, preferencialmente, deve situar-se entre 5 a 25 indivíduos. A abordagem metodológica deve explorar as dimensões teórica a teórico-prática do conhecimento em causa.

A modalidade de curso de formação pode comportar colóquios, congressos, simpósios, jornadas e iniciativas similares que se organizem em função de uma temática, desde que se cumpram os termos regulamentares para esta modalidade.

b) Oficina de formação

Entende-se a *oficina de formação* como uma modalidade de formação contínua em que se visa a construir e operacionalizar metodologias, técnicas, instrumentos, recursos e produtos pedagógicos, para resolver problemas concretos e devidamente identificados ao nível da sala de aula, escola/agrupamento.

A duração mínima da oficina é de 15 horas presenciais (deve-se considerar igual número de horas não presenciais, de trabalho autónomo, para efeitos de cálculo do total de horas de formação). Deve organizar-se estruturalmente para corresponder às necessidades da dinâmica do trabalho concetual. O número máximo de formandos relaciona-se com os fins e objetivos da oficina e da sua gestão.

A abordagem metodológica deve explorar a dimensão teórico-prática do conhecimento em causa e priorizar a resolução de problemas assegurando a aplicabilidade, a funcionalidade, as metodologias, os procedimentos e recursos.

O funcionamento da oficina concebe-se com base na participação presencial, essencial em qualquer oficina, associada a participações no modo *online* síncrona (de participação simultânea) e/ou a participações *online* assíncrona (quando não requer participação simultânea), ou da conjugação dessas formas de funcionamento, conforme orientação temática e objetivos da oficina.

As sessões presenciais conjuntas devem debruçar-se sobre o enquadramento justificativo e teórico, organização das metodologias, instrumentos e recursos pedagógico-didáticos, a organização do acompanhamento do desempenho dos formandos, sínteses, apresentação de resultados e avaliação. O trabalho autónomo é dedicado a aplicação prática no terreno.

Se for em regime *b-learning*, a componente presencial deve assegurar um número aceitável de horas conjuntas e em regime presencial, em equilíbrio com as horas *online*, conjuntas e/ou autónomas.

c) Círculo de formação

Entende-se o *círculo de formação* como uma modalidade de Formação Contínua que visa desenvolver o questionamento sobre a realidade educativa, considerando as questões e situações-problema de ensino, da formação de professores e do seu desempenho profissional. Nesta modalidade trabalham-se os princípios, procedimentos e instrumentos pedagógicos e didáticos que possam contribuir para a efetivação de mudanças de cariz educacional e pedagógico. Recomenda-se a implementação de metodologias de trabalho, como: estudos de casos e de situação-problema, com a tónica na investigação e interação e debate.

A duração mínima de um Círculo de Formação deve ser 15 horas presenciais conjuntas, distribuídas num período de tempo, alternado com horas de trabalho autónomo. Para cada hora presencial deve-se somar 2 horas de formação.

As horas presenciais são para o levantamento e a delimitação de situações-problema e dos recursos que permitam explorá-los de uma forma estruturada, bem como para a apresentação de questões, sugestões e resultados que devem melhorar a condição encontrada. As horas de trabalho autónomo são para implementar metodologias de investigação para a exploração da informação sobre a situação-problema em estudo. Pode ser realizado na forma de ensino à distância.

d) Estágio profissionalizante

Entende-se por *Estágio Profissionalizante* a modalidade de Formação Contínua que visa o desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional explorando a dimensão prática e reconstrução teórica à luz das interpretação e configuração de representações pessoais. Envolve a implementação de procedimentos, métodos e técnicas centradas na realidade educativa na exploração de diferentes enquadramentos.

Este estágio não pode ser confundido com o estágio curricular da Formação Inicial (licenciatura/ graduação). Não tem o seu objetivo nem a sua complexidade, ou mesmo, igual número de horas de formação. São duas realidades formativas distintas em que a primeira corresponde às Práticas Pedagógicas Supervisionadas e, a segunda, a uma opção de Formação Contínua no período de indução, ou em ocasiões que justifiquem a sua implementação.

Os objetivos e as tarefas do estágio devem articular-se com as necessidades e finalidade da formação pretendida e não devem ultrapassar 100 horas de formação, em regime de alternância entre a investigação e a ação, ao longo de tempo determinado.

Deve considerar a adequação da metodologia às pretensões e conteúdo do estágio. O resultado do estágio deve contribuir para a rotinização de metodologias inovadoras e adequadas às necessidades de qualificação do sistema de ensino e de aprendizagem, bem como, de desenvolvimento profissional do professor em Formação Contínua na modalidade de estágio.

Quanto ao número de formandos, este pode estender-se até 5 indivíduos por formador e seguir a forma de orientações gerais coletivas e articulada com a orientação individualizada de cada estagiário.

Esta modalidade realiza-se no formato presencial, podendo considerar interações com o formador por via digital, visando orientações e acessibilidades bibliográficas e documentais.

e) Projeto

Entende-se por *Projeto* a modalidade de Formação Contínua que visa aplicação da investigação-ação na compreensão e satisfação face a realidades escolar e comunitária. Permite desenvolver planos de ação e incrementar o trabalho colaborativo disciplinar e interdisciplinar, na promoção das pretensões do projeto e alternativas de resolução de problemas de foro educacional, envolvendo a escola e a sua comunidade educativa.

A formação na modalidade de projeto pode estender-se até um número máximo de 50 horas presenciais, correspondendo ao dobro de horas de trabalho autónomo. O seu funcionamento deve ser concebido em regime presencial, usando os dispositivos informáticos para a orientação de acompanhamento e partilha de recursos de apoio ao desenvolvimento do trabalho pretendido.

g) Seminários, conferências, colóquios

Os *seminários, conferências, colóquios*, são ações de curtíssima duração. Que podem ter ou não unidades de crédito. Em caso de ter unidades de crédito, essas são contabilizado aplicando a regra matemática de três simples. Valorizam o currículo do professor para efeitos de análise qualitativa, sendo uma importante forma do professor envolver-se diretamente na produção científica ou em uma comissão de trabalho.

Nesta conceção da formação podem integrar-se ações de socialização e supervisão do Sistema Educativo, organizadas pelos serviços centrais do Ministério da Educação.

5.2 Prioridades da formação contínua, até 2025

De entre as ações a serem desenvolvidas entre 2020/30, para os anos 2022/25, foram selecionadas as ações de formação que carecem de resolução imediata, para diversas funções.

Seguindo a proposta de lei para a formação de professores (PNFP, 2019) e os Estatutos de Carreira do Pessoal docente (revisão de 2015), fixou-se, para cada educador/professor, um mínimo de 100 horas de formação distribuídas ao longo do ano letivo, incluindo horas de contacto e horas de trabalho autónomo, como previsto pela referida proposta.

Para efeitos de cálculo de horas, as horas de formação explicitadas, no plano que se segue, referem horas de contacto. A taxa de esforço para o cálculo das horas de trabalho autónomo, deve seguir a forma de cálculo determinada para cada modalidade e recai sobre as horas de estudo e de trabalhos práticos, sujeitos a avaliação.

AÇÕES A IMPLEMENTAR ENTRE 2022 E 2025

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO/ HORAS DE CONTACTO	TEMÁTICAS A DESENVOLVER	MODALIDADE	PUBLICO-ALVO
Organização e Gestão escolar (40 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Gestão e funcionamento administrativo e pedagógico do agrupamento escolar. Liderança e supervisão do processo educativo. Conceção e supervisão da implementação os instrumentos da autonomia. Avaliação interna do agrupamento/escolas. Aplicação de dispositivos de avaliação de desempenho. 	Curso	Delegados Diretores e subdiretores de Agrupamentos/ Escola
Comunicação Educacional em contexto escolar (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação escola – família - cooperação, partilha e gestão de decisões. Comunicação vertical e horizontal: estruturas, pressupostos e procedimentos em comunicação institucional Problemáticas e questões de disciplina e indisciplina em contexto escolar e de sala de aula. Inteligência emocional e mediação educativa 	Curso	Delegados Diretores e subdiretores de Agrupamentos/ Escola/ Coordenadores/ Professores/ Equipa multidisciplinar
Tecnologias Educativas Na administração e Gestão da Educação (40 horas)	<ul style="list-style-type: none"> As TIC na administração, planeamento e gestão das atividades educativas intermédias. Uso de ferramentas TIC na administração e gestão escolar. A importância da atualização dos dados, para a eficácia da gestão administrativa, curricular e pedagógica. O comprometimento do planeamento e gestão educativa pela inoperatividade dos dados. A importância da análise de conteúdo na leitura dos dados estatísticos e produção de estudos de base para a tomada de decisões. Supervisão das atividades de gestão com uso das TIC. 	Oficina	Delegados/ Diretores e subdiretores de Agrupamentos/ Escola/ Coordenadores/ Pontos focais da UTIC
investigação-ação no contexto do Agrupamento/ Escola (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Escola e a sala de aula como espaços de investigação educacional O método de investigação-ação Monitorização de processos educativos dos alunos: técnicas de observação e análise dos comportamentos e produção de resultados dos alunos em situação de ensino e de aprendizagem; análise qualitativa dos resultados do ensino e da aprendizagem dos alunos pelo professor; processamento da informação. Metodologia de resolução de problemas de ensino e de aprendizagem. Ler para além dos números, como chave da remediação educativa e da construção do sucesso, motivação e engajamento escola. 	Oficina	Diretores/ Subdiretores/ Coordenadores/ Professores/ Equipa multidisciplinar/

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO/ HORAS DE CONTACTO	TEMÁTICAS A DESENVOLVER	MODALIDADE	PUBLICO-ALVO
Supervisão pedagógica (40 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Supervisão pedagógica: modelo normativo Conhecimento profissional, observação, avaliação e intervenção em atividades supervisivas. Atores e papéis. Supervisão no desenvolvimento profissional docente Supervisão na qualificação do processo educativo A supervisão entre pares. Liderança em supervisão. Conceção e implementação de instrumentos de supervisão pedagógica. 	Oficina	Delegados Diretores de Agrupamentos/ Escola/ Coordenadores/ Professores
Supervisão pedagógica: prática docente (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Diferentes paradigmas de supervisão pedagógica. Compreensão das finalidades da supervisão pedagógica e integração nos processos de avaliação formativa. Competências de organização e prática de supervisão pedagógica; Construção e problematização de referenciais e instrumentos de supervisão pedagógica. Compreender e problematizar os papeis e competências do supervisor no processo de avaliação de desempenho docente; Desenvolver nos docentes uma atitude investigativa, crítica e reflexiva. 	Oficina	Subdiretores Pedagógicos/ Coordenadores/ Professores
Trabalho Cooperativo (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> O trabalho colaborativo entre os professores da disciplina: conceito, formas e dinâmica do trabalho colaborativo Vantagens do trabalho colaborativo para ensinar e aprender melhor, considerando as especificidades do ensino da disciplina. Soluções de cooperação/interação entre os professores (do grupo disciplinar, da turma e com o professor de educação especial). Conceção colaborativa de materiais didáticos e instrumentos de avaliação 	Curso	Subdireção pedagógica do Agrupamento/ Coordenadores/ Professores
Educação Inclusiva: Avaliação da Aprendizagem (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Fundamentos do modelo de avaliação formativa. Técnicas de recolha e processamento da informação avaliativa. Metodologia de referencialização em avaliação formativa. Construção de instrumentos de avaliação. A remediação. 	Curso	Diretores dos agrupamentos/ Coordenadores/ professores
Educação Especial (40 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento e implementação de dispositivos de avaliação psicológica. Conceção de currículos individualizados. Conceção de processo e planos pedagógicos de individualização do ensino e da aprendizagem. Conceção e implementação de modelos adaptados de avaliação formativa. 	Oficina	Equipa multidisciplinar/ Professores da Educação especial

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO/ HORAS DE CONTACTO	TEMÁTICAS A DESENVOLVER	MODALIDADE	PUBLICO-ALVO
Intervenção de emergência em contexto escolar (15 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Noção e situações de emergência na escola e na sala de aula. ▪ Prestação de primeiros socorros. ▪ Compreensão e realização de manobras de suporte básico de vida. ▪ Experienciação. 	Oficina	Todos os atores educativos da comunidade escolares
Educação Inclusiva: Promoção do sucesso educativo entre pares/área disciplinar (3 e 4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Dinâmicas de reflexão sobre formas de melhoria da prática docente individual e coletiva, bem como da qualidade do ensino e as aprendizagens. ▪ Estratégias de ação para a alteração de prática letiva em contexto de intervenção e organização de trabalho no grupo/área, no agrupamento, nos conselhos de turma, em prol do sucesso educativo. 	Seminários	Subdireção pedagógica do Agrupamento/ Coordenadores/ Professores
Educação Inclusiva: Diferenciação Pedagógica (40 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise dos conceitos em diferenciação pedagógica. ▪ Modelos de diferenciação pedagógica na organização escolar e na sala de aula (desde os mais antigos como os adotados pelo movimento da escola moderna até os mais recentes). ▪ Práticas de diagnóstico das dificuldades dos alunos. ▪ Práticas de apoio pedagógico em sistemas de partilha entre docentes (ca docência, apoios não especializados, apoios especializados, etc.). ▪ Práticas de apoio pedagógico dinamizadas pelo(s) professor(ês)/educadores em espaço regular de sala de aula. ▪ O trabalho autónomo do estudante – estratégias de motivação, reforço e feedback. Técnicas e instrumentos para o trabalho autónomo em casa e na escola. ▪ Aprendizagem cooperativa – trabalho de grupo e tutorias entre pares. ▪ As estratégias de concertação, envolvimento e feedback com as famílias dos estudantes com dificuldades a nível escolar. 	Curso	Diretores agrupamentos Escolas/ Subdireção pedagógica do Agrupamento/ Coordenadores/ Professores
Educação Inclusiva (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estratégias educativas de resposta à diversidade e pluralidade dos alunos, num quadro de mudança de procedimentos pedagógicos. ▪ Maximização da participação das famílias das crianças e alunos: respeito pelas suas expectativas e cumprimento dos seus direitos. ▪ Trabalho colaborativo, com iniciativas educacionais, curriculares e pedagógicas, numa perspetiva sistémica, em sala e na escola. ▪ Identificação, implementação e avaliação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Elaboração, implementação e avaliação do Relatório Técnico Pedagógico dos alunos com medidas seletivas e adicionais e, sempre que existam adaptações curriculares significativas do plano Individual e do plano de transição. 	Curso	Equipa Multidisciplinar Professores de Educação Especial

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO/ HORAS DE CONTACTO	TEMÁTICAS A DESENVOLVER	MODALIDADE	PUBLICO-ALVO
Cidadania: violência em contexto escolar (3 e 4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreensão e a prevenção de situações promotoras de conflitos e ações de violência. ▪ Importância do desenvolvimento e promoção de competências relacionais. ▪ Dinâmicas de reforço da autoestima e autoconceito na escola. ▪ Mediação de conflitos 	Seminários	Toda a comunidade escolar
Cidadania: educação ambiental e sustentabilidade (3 e 4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de habilidades e competências e formação de atitudes, através de uma conduta ética, concordante com o exercício da cidadania da preservação dos espaços ecológicos. ▪ Consciência ambiental, preservação e sustentabilidade. 	Seminários	Toda a comunidade escolar
Cidadania: educação e saúde sexual (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conceitos em educação sexual. ▪ Problemas e questões sociais da sexualidade. ▪ Problemas e questões da sexualidade, com base nos cuidados de saúde. ▪ Sexualidade informada e responsável. 	Seminários	Toda a comunidade escolar
Cidadania: educação e cultura (3 e 4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Património material e imaterial de Cabo Verde. ▪ A importância dos artefactos culturais regionais para a compreensão do eu e dos nós, na valorização da identidade cultural do povo caboverdeano. ▪ Importância do desenvolvimento de atividades escolares de reconhecimento dos referenciais culturais caboverdeanos. ▪ Sensibilização para a preservação e o desenvolvimento de práticas de conhecimento e preservação culturais. 	Seminários	Toda a comunidade escolar
Projetos em educação (40 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Metodologia de trabalho por projeto ▪ Projetos em educação: compreensão, diferenciação, classificação e produção ▪ Metodologias de planeamento e gestão de projetos escolares ▪ Conceção de projetos de escola. ▪ Projeto curricular de área e de turma: conceção e gestão 	Oficina	Diretores/ Subdiretores/ Coordenadores/ Professores/ Equipa multidisciplinar
Avaliação da aprendizagem por meios digitais (40 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Compreensão, conceção de instrumentos e implementação da avaliação da aprendizagem segundo o modelo formativo: ▪ Testes do tipo Quiz; ▪ Fórum de discussão; ▪ Trabalho em grupo; ▪ Wiki; ▪ Mapa conceitual; ▪ Verificações curtas e rápidas; ▪ Diários digitais; ▪ Tweets e apresentações; ▪ Avaliação da aprendizagem entre pares; ▪ Processo e instrumentos de avaliação e produção interativa de feedback. 	Curso	Diretores/ Subdiretores/ Coordenadores/ Professores/

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO/ HORAS DE CONTACTO	TEMÁTICAS A DESENVOLVER	MODALIDADE	PUBLICO-ALVO
Violência Sexual na Primeira Infância (de 3 e 4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Violência sexual: conceito, significados e formas de perpetração. ▪ Tipos de violência Sexual e penalidades. ▪ Educação da denúncia. ▪ Efeitos psicológicos e apoio profissional. ▪ O papel do educador de Infância/professor na identificação e gestão das situações de violência sexual nas crianças. ▪ Estratégias de habilitação da criança para reforçar mecanismos de defesa e de denúncia de comportamentos de adultos conectados com algum tipo de violência sexual. 	Conferências, Seminários, Fóruns	Educadores de Infância (pré-escolar)
Orientações curriculares e recursos didáticos pedagógicos (por área disciplinar) (de 3 e 4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Socialização dos novos materiais de exploração curricular e pedagógica. ▪ Discussão e recolha de constrangimentos que configurem necessidade de formação para a compreensão prática e implementação. ▪ Apoio à superação das dificuldades com ensinos e aprendizagens focadas nas dificuldades de interpretação e implementação. 	Seminários	Coordenadores, Professores (educação infância, EB e ES)
Língua Portuguesa (25 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A importância da Língua portuguesa no currículo do pré-escolar. ▪ Desenvolvimento linguístico e capacitação para o uso instrumental da língua portuguesa. ▪ Estratégias de ensino e aprendizagem da língua portuguesa na educação pré-escolar. 	Curso	Educadores de Infância (pré-escolar)
Recursos didáticos da Educação Pré-escolar (25 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Importância educativa dos recursos lúdico-didáticos: ensinar e aprender brincando. ▪ A brincadeira como recurso educativo. ▪ A produção e exploração de materiais lúdico-didáticos no ensino e na aprendizagem. ▪ A avaliação do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças por meio de instrumentos baseados em atividades lúdico-didáticas 	Curso	Educadores de Infância (pré-escolar)
Gestão curricular e pedagógica (Educação Pré-escolar) (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A coordenação do pré-escolar. ▪ Desafios de desenvolvimento de um currículo do pré-escolar. ▪ Exigências e aprendizagens para a coordenação da atividade educativa do pré-escolar. ▪ A utilização de guias e instrumentos em EPE. 	Curso	Coordenadores da Educação Pré-escolar
Gestão Pedagógica De histórias e narrativas EPE (de 3 a 4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Técnicas criativas de exploração de histórias e narrativas na EPE. ▪ Importância metodológica e valor para a motivação dos alunos. ▪ Implementação, aprendizagem e avaliação. 	Seminários	Professores EPE

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO/ HORAS DE CONTACTO	TEMÁTICAS A DESENVOLVER	MODALIDADE	PUBLICO-ALVO
Gestão curricular e Pedagógica: planificação da área disciplinar (anual/sem/Trim) (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Planeamento e Planificação A planificação como espaço de reconstrução de conhecimentos e metodologias. A Planificação: conceitos e conceções segundo os modelos pedagógicos formativos. O papel da planificação na gestão curricular e pedagógica. Planificação vertical e horizontal. A Implementação da planificação, materializando as orientações do Sistema Educativo, para o ensino e para a aprendizagem. 	Oficina	Subdiretores Pedagógicos, Coordenadores de disciplina, Professores
Gestão curricular e Pedagógica: planificação do ensino e da aprendizagem (unidade didática)	<ul style="list-style-type: none"> Planificação didática e a modelação do ensino e da aprendizagem A planificação para um ensino e uma aprendizagem construtivista A formação integral do aluno e o aluno O aluno como sujeito ativo no ensino e na aprendizagem As metodologias ativas no contexto da planificação exercício prático de planificação de uma atividade ou de um conteúdo de ensino e aprendizagem. 	Oficina	Coordenadores de disciplina, Professores
Competências socioemocionais (20 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Compreender o significado da inteligência emocional na habilitação profissional do docente. Estratégias para provocar o desenvolvimento do autoconhecimento, do espírito de colaboração, da criatividade, da responsabilidade, de desenvolvimento da autonomia, da comunicação, para uma gestão intencional, na escola e na sala de aula. O papel do professor na mudança de cultura em sala de aula e como base de apoio ao equilíbrio emocional e ao desenvolvimento de estruturas de formação pessoal e social indutoras de comportamentos assertivos, pelos alunos. O reforço positivo nos processos de aprender, conhecer, conviver, produzir, ser e estar, considerando as realidades e os contextos dos alunos na sua individualidade. 	Curso	Professores EB e ES
Educação Artística (20 horas)	<ul style="list-style-type: none"> O método do kodaly: o que é? Para que é usado? Como se trabalha essa metodologia? O potencial instrumental do método no ensino e na aprendizagem. A adequação do método consoante as diferentes faixas etárias das crianças. 	Oficina	Coordenadores, Professores da EA
Educação Bilingue (30 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Educação bilingue: o quê? Porquê? Como gerir? Com que recursos materiais? Estratégias de ensino da leitura, da escrita e da oralidade, à luz das recomendações emergentes da realização das provas aferidas, de 2019. 		Coordenadores, Professores EB e ES
Bibliotecas Escolares (20 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a importância da biblioteca escolar no reforço das condições para o sucesso educativo. Técnicas de organização e gestão das BE. Técnicas de leitura. Ficha de leitura. Supervisão dos alunos na exploração das BE. 		Professores, Bibliotecários

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO/ HORAS DE CONTACTO	TEMÁTICAS A DESENVOLVER	MODALIDADE	PUBLICO-ALVO
Metodologias em educação digital (50 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Metodologias ativas no ensino e na aprendizagem: Aprendizagem por descoberta, tecnologias móveis, investigação e acesso a conhecimentos por alunos e professores; A inovação no processo de ensino e de aprendizagem; Práticas de utilização de ferramentas digitais; A integração das TIC no contexto de sala de aula; Práticas educativas no atual contexto de ensino e aprendizagem; O papel dos novos recurso de formação digitais utilizados em benefício do processo de aprendizagem dos alunos; A utilização de redes de aprendizagem dos alunos; A utilização de redes de aprendizagem colaborativas: a apresentações eletrónicas interativas; Ferramentas colaborativas; Ferramentas de Quiz; Ferramentas de novas formas de interface; Realidade Aumentada. 	Projeto	Subdiretores/ Coordenadores/ Professores/
Supervisão de medidas educativas e pedagógicas (40 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento normativo institucional; Domínio teórico e prático das concessões de ensino e de aprendizagem da LBSE; A importância da adequação científica e técnica, para a gestão inteligente do conhecimento integrado com as realidades locais; Dinâmicas de preparação e monitorização de uma visita de acompanhamento; Modelização da intervenção técnica junto dos atores concelhios e escolares; Ética e assertividade em supervisão educativa e pedagógica. Dispositivos e práticas de observação e análise de situações educativas e pedagógicas; Análise de conteúdo da comunicação e da informação educativa e pedagógica; Remediação: objetivos, projetos, processos e resultados; Humanização da presença institucional e gestão emocional. 	Curso	Equipas técnicas da DNE
Gestão curricular e didática específica (20 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Socialização dos novos materiais didáticos das disciplinas/áreas disciplinares de Língua portuguesa e Matemática. Dinâmicas de gestão do uso dos recursos por área. As metodologias específicas e a gestão na diversidade dos alunos, suas realidades e contextos. 	Curso	Coordenadores disciplinares, Subdiretores Pedagógicos Professores do ES (4º e 8 anos)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO/ HORAS DE CONTACTO	TEMÁTICAS A DESENVOLVER	MODALIDADE	PUBLICO-ALVO
Seminários Escolares (Vários de 3 a 4 horas cada)	<ul style="list-style-type: none"> Seminários temáticos (gestão curricular e pedagógica; conhecimento da legislação; metodologias ativas; referenciação da avaliação; intervenção com alunos com NEEs; metodologia de resolução de problemas; liderança; indisciplina na escola e na sala, de aula; instrumentos e técnicas de ensino, de aprendizagem e de avaliação; atendimento personalizado; educar em e com segurança; ...outras) 	Seminários	Subdiretores Pedagógicos, Coordenadores de disciplina, Professores
Formação de formadores (100 horas)	<ul style="list-style-type: none"> Uma interpretação do Sistema Educativo Caboverdeano. O que instituem os normativos. Metodologias e estratégias didático - pedagógicas na formação contínua de professores. Comunicação e relações interpessoais no processo de ensino/aprendizagem. Educação Inclusiva. Planificação e avaliação pedagógica. Integração das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem. Simulação pedagógica – prática reflexiva em contexto de formação. 	Curso	Subdiretores, Coordenadores disciplinares, Equipa multidisciplinar, Professores
(...)	Outras....	(...)	(...)

Para além das ações de formação atrás identificadas, para 2021/22, serão ainda realizadas atividades de acompanhamento e supervisão da gestão curricular e pedagógica dos sistemas pré-escolar e escolar, em modo permanente como é prática da DNE. Boa parte dessas atividades representa expectativas de resolução de problemas associados às necessidades de desenvolvimento do Sistema, do uso didático e pedagógico dos recursos gradualmente introduzidos pela Reforma Educativa.

São esses materiais, guias de orientações curriculares e pedagógicas e outros instrumentos de gestão de domínio da atividade docente. Como estratégia prevê a socialização desses recursos, de forma a chegarem a todos os professores e outros atores educativos envolvidos. Com essa socialização, insiste-se no alinhamento e harmonizar as práticas docentes, de modo a evitar disparidades preocupantes, quer da sua interiorização, quer do trabalho que deve ser realizado com os mesmos. Além disso, considerando a transversalidade dos défices ou necessidades de introduzir práticas adequadas ao momento educativo em que se vive, estes pretendem abarcar docentes de todos os subsistemas.

Para além de propostas de ações voltadas para as dificuldades gerais do sistema, a DNE também apresenta indicações sobre domínios específicos para a formação de professores, de natureza disciplinar, para várias áreas disciplinares, com destaque para as de matemática e língua portuguesa. Com essa visão, pretende-se incrementar a formação de forma a que se verifique melhoria da qualidade da atividade educativa, particularmente inerente à qualificação dos professores.

SECÇÃO IV

PLANO PRIORITÁRIO DE FORMAÇÃO EM EXERCÍCIO (EI, EB, ES) – 2022 e 2023

6. PRIORIDADES DE FORMAÇÃO 2022 E 2023

De entre as formações identificadas como prioridades, para a formação contínua, aqui, se sistematiza aquelas que a DNE deve realizar, em 2022/23, com a denominação de **Plano de Formação em Exercício – Prioridades da Formação contínua, DNE/ 2022 e 2023**.

A formulação desse plano abrangeu a harmonização do Plano Nacional de Formação de Professores com as iniciativas de formação identificadas pelos diferentes serviços do ME/DNE, para 2022, no quadro das suas propostas direccionadas para os docentes, ativos nos diferentes subsistemas.

Todas as orientações de implementação das ações de formação contínua identificadas encontram-se na secção I.

ESPECIALIDADE		DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	TEMÁTICAS FUNDAMENTAIS	PÚBLICO- ALVO	REGIME DE FREQUÊNCIA	MODALIDADE	HORAS DE VÍDEO-AULA	HORAS TOTAIS	UNIDADES DE CRÉDITO/ RJES (1CTS= 25h a 30h)
ÁREA DE	SUBSUBÁREA								
Desenvolvimento curricular/ Educação Inclusiva	Gestão do currículo e da avaliação da aprendizagem	Diferenciação pedagógica e avaliação formativa	<p>Módulo I: Diferenciação Pedagógica: Diferenciação e educação para todos/educação inclusiva. Conceções, práticas e efeitos da diferenciação pedagógica. Formas, processos e procedimentos de diferenciação.</p> <p>Módulo II: Diferenciação pedagógica, planificação da prática de gestão do currículo em contexto de diversidade. A diferenciação pedagógica como estratégia de ensino e de aprendizagem (LBSE). Desenho Universal de Aprendizagem (DUA).</p> <p>Módulo III: avaliação em educação: conceções, práticas e efeitos. A avaliação formativa como modelo de avaliação da aprendizagem (LBSE). Avaliação formativa e avaliação formadora.</p> <p>Módulo IV: Avaliação assente numa metodologia de resolução de problemas (referente, referido e referencialização da avaliação. Teoria e prática de construção de referenciais e implementação de avaliação formativa.</p>	Equipas pedagógicas, coordenadores, coordenadores EJA, animadores EJA Professores, Educadores de infância	e-Learning (VCOP e tutoria)	Curso	40h	40h	1.6 CTS
	Didática do ensino de línguas	O ensino da língua portuguesa na educação de infância	<p>Módulo I: conhecimento dos normativos e orientações curriculares. O conceito de didática; Fatores a ter em conta nas opções didáticas; Documentos normativos e orientadores para a aprendizagem da língua;</p> <p>Módulo II: as diferentes competências no domínio da Língua Portuguesa: Compreensão e Expressão Oral, Leitura, Escrita, Conhecimento Explícito da Língua; A aprendizagem da Língua Portuguesa em diferentes contextos;</p> <p>Módulo III: Aspetos de organização do processo de aprendizagem da Língua Portuguesa; Atividades de aprendizagem de língua nos diferentes níveis e no âmbito das diferentes competências. Uso de metodologias ativas na abordagem da língua portuguesa.</p>	Educadores de infância		Curso	40h	40h	1.6 CTS

	Didática específica	O ensino da disciplina de	Módulo I: conhecimento dos normativos e orientações curriculares (conforme disciplina/área).. O conceito de didática; Fatores a ter em conta nas opções didáticas. Módulo II: Conhecimento das linguagens e literacia científica da área ou disciplina de lecionação. Métodos e técnicas para a promoção da aprendizagem da disciplina de lecionação. Uso de metodologias ativas na abordagem da disciplina.	Todos os professores por disciplina, Animadores EJA		Curso	20h	20h	0.8 CTS
--	----------------------------	---------------------------------------	---	---	--	-------	-----	-----	---------

ESPECIALIDADE		DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	TEMÁTICAS FUNDAMENTAIS	PÚBLICO- ALVO	REGIME DE FREQUÊNCIA	MODALIDADE	HORAS DE VÍDEO-AULA	HORAS TOTAIS	UNIDADES DE CRÉDITO/ RJIES (1CTS= 25h a 30h)
ÁREA DE	SUBSUBÁREA								
Desenvolvimento curricular/ Supervisão pedagógica	Supervisão, remediação e inclusão educativa	Supervisão pedagógica e estratégias de recuperação dos alunos	Módulo I: A importância da supervisão no desenvolvimento profissional do professor; Conceitos e concepções em supervisão; cenários de supervisão, implementação e sistemas de resultados. Módulo II: A supervisão segundo as políticas e orientações do sistema educativo; atores e papéis estratégias, práticas e instrumentos de supervisão no desenvolvimento profissional dos professores caboverdeanos.	Equipas pedagógicas, coordenadores		Curso	35h	35h	1.4 CTS
	Supervisão e consolidação do conhecimento profissional docente	Teach & Coach	Módulo I: O Teach: significado. Enquadramento da formação de professores. Estrutura. Potencialidades e utilização prática. Instrumentos de registo e análise da atividade docente Módulo II: Do Teach ao Coach – ou do diagnóstico à melhoria. Análise e referenciação das dificuldades identificadas O desenho da intervenção e acompanhamento do docente (Coaching). Acompanhamento de professor com crianças com NEE. Acompanhamento supervisivo na Ed. Infância.	Equipas pedagógicas, coordenadores		Seminário/ Webinar	2 (3h)h	9h	0, 4 CTS

ESPECIALIDADE		DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	TEMÁTICAS FUNDAMENTAIS	PÚBLICO- ALVO	REGIME DE FREQUÊNCIA	MODALIDADE	HORAS DE VÍDEO-AULA	HORAS TOTAIS	UNIDADES DE CRÉDITO/ RJIES (1CTS= 25h a 30h)
ÁREA DE	SUBÁREA								
Desenvolvimento curricular/ Competências transversais (Competências socioemocionais)	Educação para a cidadania	Violência Sexual na Infância e juventude	<p>Módulo I: Violência sexual: conceito, significados e formas de perpetração. Tipos de violência Sexual e penalidades. Efeitos psicológicos e apoio profissional.</p> <p>Módulo II: Educação da denúncia. O papel do educador de Infância/professor na identificação de sinais e gestão das situações de violência sexual nas crianças. Estratégias de habilitação da criança para reforçar mecanismos de defesa e de denúncia de comportamentos de adultos conectados com algum tipo de violência sexual.</p>	Coordenadores Professores Equipa de educação inclusiva	e-Learning (VCOP e tutoria)	Curso	15h	15h	0.6 CTS
		Sexualidade infantojuvenil	<ul style="list-style-type: none"> • Mente e Corpo. • Identidade. Género. Orientação sexual. • A formação da identidade sexual. • Educação para a sexualidade responsável. • Conceitos em educação sexual. • Problemas e questões sociais da sexualidade. • Problemas e questões da sexualidade, com base nos cuidados de saúde. • Sexualidade informada e responsável. 	Coordenadores e Professores		Seminário/ Webinar	2 (3h)	6h	0.2 CTS
	Educação para a cidadania	Violência em contexto escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Compreensão e a prevenção de situações promotoras de conflitos e ações de violência. • Competências relacionais: o que são? • Importância do desenvolvimento e promoção de competências relacionais. • Dinâmicas de reforço da autoestima e autoconceito na escola. • Mediação de conflitos 				2 (3 h)	6h	0.2 CTS
	Educação Ambiental	Educação ambiental e sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de habilidades e competências e formação de atitudes, através de uma conduta ética, concordante com o exercício da cidadania da preservação dos espaços ecológicos. • Consciência ambiental, preservação e sustentabilidade. 	Coordenadores Professores, animadores EJA, coordenadores EJA			2(3 h)	6h	0.2 CTS

	Educação Cultural	Educação e cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Património material e imaterial de Cabo Verde. • A importância dos artefactos culturais regionais para a compreensão do eu e dos nós, na valorização da identidade cultural do povo caboverdeano. • Importância do desenvolvimento de atividades escolares de reconhecimento dos referenciais culturais caboverdeanos. • Sensibilização para a preservação e o desenvolvimento de práticas de conhecimento e preservação culturais. 	Coordenadores Professores, animadores EJA, coordenadores EJA	e-Learning (VCOP e tutoria)	Seminário/ webinar	2 (3h)	6h	0.2 CTS
--	--------------------------	---------------------------	--	---	------------------------------------	-----------------------	---------	----	---------

ESPECIALIDADE		DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	TEMÁTICAS FUNDAMENTAIS	PÚBLICO- ALVO	REGIME DE FREQUÊNCIA	MODALIDADE	HORAS DE VÍDEO-AULA	HORAS TOTAIS	UNIDADES DE CRÉDITO/ RJIES (1CTS= 25h a 30h)
ÁREA	SUBÁREA								
Desenvolvimento curricular/ Educação Inclusiva	Educação Especial	Sistema de Sinalização de crianças e jovens com NEE	Módulo I: Sistema de sinalização de crianças e jovens com NEE (Procedimentos). Módulo II: Avaliação especializada com referência a Classificação Internacional de Funcionalidade de crianças e jovens (CIF- CJ). Módulo III: Medidas Educativas Especiais (apoio pedagógico personalizado, adequações curriculares individuais, adequações no processo de matrículas, Currículo Específico Individual, Adequações no Processo de Avaliação, Tecnologias de Apoio. Módulo IV: Exploração dos Instrumentos no âmbito do Sistema de Sinalização. Módulo V: Adequações Curriculares Individuais (planificação).	Equipas Multidisciplinares de Apoio a Educação Inclusiva, coordenadores, professores, educadores de infância	e-Learning (VCOP e tutoria)	Curso	35h	35h	1.4 CTS
		Atendimento/metodologias de trabalho de alunos com Deficiência Visual - Sistema de	Módulo I: A Escola Inclusiva e o Deficiente Visual – Breve abordagem teórica sobre a Deficiência Visual e sua definição; Tipos de Deficiência Visual: Cego, Baixa Visão. A cegueira: implicação no processo de ensino-aprendizagem. A escola, a família e o deficiente visual Módulo II: Breve Histórico do Sistema Braille; Instrumento utilizado para a escrita: Pauta, punção e			Curso	35h	35h	1.4 CTS

		Leitura e escrita Braille	<p>máquina de dactilografia Braille; O sistema Braille: alfabeto</p> <p>Módulo III: Estudo do Alfabeto Braille - Letras acentuadas; Sinais de Pontuação/ Dinâmica de escrita e leitura Braille. Sinais auxiliares da escrita: maiúscula, caixa alta;</p> <p>Módulo IV: Grafia matemática básica: Sinal do algarismo; Sinais de operações (multiplicar, dividir, somar, subtrair e igual) Sinal de percentagem; Sinal de grau; Unidades de medida (metro, litro, quilo); Unidade de tempo; Representação de moedas (\$, euro, dólar); Representação de datas.</p>						
		Atendimento/ metodologias de trabalho com alunos com surdez – Língua Gestual	<p>Módulo I: Deficiência auditiva e a Educação de Surdos –Língua Gestual.</p> <p>Módulo II: Alfabeto gestual; Numeração; Configurações; Saudações; Pronomes; Antónimos; Advérbios e adjetivos; Calendário; Cores.</p> <p>Módulo III: Identificação pessoal; Família; Hábitos diários.</p> <p>Módulo IV: Habitação; Objetos escolares e de casa; Meios de transporte; Animais Vestuário; Alimentação.</p> <p>Módulo V: Atividades práticas dos temas (Leitura e interpretação de frases e textos em LG); Diálogos (pares/observadores).Canções em LG.</p>			Curso	35h	35h	1.4h

		Atendimento/ Metodologias de trabalho com alunos Dificuldades Específicas de Aprendizagem	<p>Módulo I: Introdução às Dificuldades Específicas de Aprendizagem - Percorso histórico.</p> <p>Módulo II: Características associadas às crianças com Dificuldades Específicas de Aprendizagem - Intervenção com crianças com Dificuldades de Aprendizagem.</p> <p>Módulo III: As principais dificuldades de aprendizagem (Dislexia; Disortografia; Disgrafia; Discalculia; Deficit de atenção com ou sem hiperatividade)</p> <p>Módulo IV: Estratégias de intervenção em Dificuldades Específicas de Aprendizagem.</p> <p>Módulo V: Construção de produtos/materiais de apoio para alunos com NEE (Dificuldades Específicas de aprendizagem).</p>		e-Learning (VCOP e tutoria)	Curso	35h	35h	1.4h
		Atendimento/ Metodologias de trabalho com alunos Deficiência Intelectual	<p>Módulo I: Abordagem teórica sobre Deficiência Intelectual</p> <p>Módulo II: Medidas Especiais para os alunos com Deficiência Intelectual;</p> <p>Módulo III: Estratégias para intervenção com alunos com Deficiência Intelectual;</p> <p>Módulo IV: Exploração do programa adaptado do 1º ao 4º ano de escolaridade nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, para alunos com Deficiência Intelectual;</p> <p>Módulo V: Elaboração/produção de materiais de suporte para o atendimento de alunos com Deficiência Intelectual</p>			Curso	35h	35h	1.4h

ESPECIALIDADE		DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	TEMÁTICAS FUNDAMENTAIS	PÚBLICO-ALVO	REGIME DE FREQUÊNCIA	MODALIDADE	HORAS DE VÍDEO-AULA	HORAS TOTAIS	UNIDADES DE CRÉDITO/ RJIES (1CTS= 25h a 30h)
ÁREA	SUBÁREA								
Informática/ Tecnologia Educativa	A avaliação da aprendizagem por meios digitais	TE na conceção e gestão de instrumentos de avaliação formativa	<p>Módulo I: Avaliação por meios digitais: significado e potencial, na formação de professores. As plataformas de avaliação digital. Aprendizagem e uso pelos professores.</p> <p>Módulo II: Compreensão, conceção de instrumentos e implementação da avaliação da aprendizagem segundo o modelo formativo: testes do tipo Quiz; fórum de discussão; trabalho em grupo; Wiki; mapa conceitual; testes de verificações, curtas e rápidas; diários digitais; Tweet e apresentações. Avaliação da aprendizagem entre pares. Processo e instrumentos de avaliação e produção interativa de feedback. Adaptações para alunos com NEE.</p>	Equipas pedagógicas, coordenadores, professores		Oficina de formação	20h	40h	1.6 CTS
	Planeamento e produção de conteúdos pelo professor	TE na produção de conteúdos didáticos, baseados no modelo formativo	<p>Módulo I: Conceitos, conceções. Produção de conteúdos digitais na formação de professores: importância e possibilidades.</p> <p>Módulo II: Desenho de ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), articulado com o Desenho Universal da Aprendizagem (DUA). O ensino digital.</p> <p>Módulo III: Aprendizagem e uso da tecnologia digital: Tablet, vídeo projetor, descoberto do potencial da internet, aprofundamento das possibilidades de exploração do PC, aprendizagem e uso de diferentes softwares. Adaptações para alunos com NEE.</p>				25 h	50h	2 CTS
		Segurança na internet	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos e terminologias. • Conhecimento dos riscos e do uso seguro, por alunos e professores. • Ética e netiqueta. 			Seminário/ Webinar	3h	3h	0.1 CTS
		Gamificação	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos. Possibilidades. Potencialidades: motivação para aprendizagem. • Gamificação como metodologia ativa. 				3h	3h	0.1 CTS
		Ensino da Robótica	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução ao estudo da linguagem e programação. • Robótica. Conceitos e conceções. • Robótica com ferramentas. • Robótica de Encaixe Robótica Humanoide. • Formulação de clubes de robótica. 	Professores de informática e matemática		Oficina de formação	15h	30h	1.2 CTS

ESPECIALIDADE		DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	TEMÁTICAS FUNDAMENTAIS	PÚBLICO- ALVO	REGIME DE FREQUÊNCIA	MODALIDADE	HORAS DE VÍDEO-AULA	HORAS TOTAIS	UNIDADES DE CRÉDITO/ RJIES (1CTS= 25h a 30h)
ÁREA	SUBÁREA								
Desenvolvimento curricular/ Ensino técnico	Gestão curricular e pedagógica	Metodologia de educação de jovens e adultos	Módulo I: currículo e conhecimento curricular. Planos de estudos e programas das disciplinas numa lógica de articulação curricular (áreas do conhecimento pensadas e planificadas a partir de um mapa de conteúdos e estratégias comuns e interligados, das disciplinas) de um curso técnico ou da educação de jovens e adultos. Módulo II: Noções de pedagogia crítica. Currículo baseado em competências e a aplicabilidade do conhecimento disciplinar no ET e EJA. A estrutura curricular do ET e do EJA. Itinerários formativos. Organização das respostas educativas de formação dos jovens e adultos. Métodos pedagógicos eficazes no ensino e aprendizagem em cursos técnicos e na Educação de jovens e adultos: identificação, caracterização e operacionalidade. Metodologias ativas.	Coordenadores , professores do ensino técnico, animadores EJA	e-Learning (VCOP e tutorias)	Curso	35h	35h	1.4 CTS
			<ul style="list-style-type: none"> O tempo e o lugar do ensino técnico no Sistema Educativo. A realidade das práticas e as aspirações curriculares e metodológicas: da regulação à prática docente no ET e EJA. 			Seminário/ Webinar	3h	3h	0.1 CTS
Ensino a distância	Gestão da formação/ centros EaD	Curso de formação de gestor de formação	Módulo I: Enquadramento concetual e normativos. Modalidades de acesso à formação no Sistema Nacional de Formação de Professores. Tipologias e modelos de formação em exercício de professores. Sistema de acreditação e certificação. Módulo II: Plataformas e outros recursos informáticos e informatizados. Módulo III: A engenharia da conceção da formação: o diagnóstico de necessidades e processos inerentes; a investigação-ação; a conceção de projetos de formação; O financiamento da formação	Ativos Docentes Licenciados em Ciências de Educação		Curso (pós-graduação)	?	200h	Segue o RIJES. Enquadramento no estabelecido para os cursos especialização sem grau académico

Ensino a distância	Gestão da formação		<p>Módulo IV: Processos de acreditação e certificação da formação, dos formadores e das entidades formadoras. Protocolos de formação.</p> <p>Módulo V: A e-tutoria na gestão da formação. O que? Como? De que forma? Que resultados? Para que situações?... (ajustar considerando o módulo do curso específico de e-tutoria, a seguir)</p>		e-Learning (VCOP e tutorias)				
		e-tutoria na gestão da formação de professores	<p>(Módulo V de gestão da formação) Planeamento e desenvolvimento curricular em EaD. O desenho curricular das ações de formação. Contextos, métodos e técnicas em EaD. Tecnologias e recursos didáticos em EaD. Da planificação à implementação da formação em EaD. Avaliação em EaD: Métodos, técnicas e instrumentos.</p>	Ativos docentes licenciados em CE, outros		Oficina de formação	35h	70h	2,8 CTS

ESPECIALIDADE		DESIGNAÇÃO DA AÇÃO	TEMÁTICAS FUNDAMENTAIS	PÚBLICO-ALVO	REGIME DE FREQUÊNCIA	MODALIDADE	HORAS DE VÍDEO-AULA	HORAS TOTAIS	UNIDADES DE CRÉDITO/RJIES (1CTS= 25h a 30h)
ÁREA	SUBÁREA								
Desenvolvimento Curricular/ Didática Específica	Ensino da Língua Portuguesa	Reforço da aprendizagem da Língua Portuguesa no Pré-escolar	Módulo I: A importância da Língua portuguesa no currículo do pré-escolar. Desenvolvimento linguístico e capacitação para o uso instrumental da língua portuguesa. Módulo II: Estratégias de ensino e aprendizagem da língua portuguesa na educação pré-escolar.	Educadoras de infância	e-Learning (VCOP e tutorias)	Curso	25h	25h	1 CTS
	Recursos didáticos em educação de infância	Recursos didáticos da Educação Pré-escolar	Módulo I: Importância educativa dos recursos lúdico-didáticos: ensinar e aprender brincando. A brincadeira como recurso educativo. Módulo II: A produção e exploração de materiais lúdico-didáticos no ensino e na aprendizagem. A avaliação do desenvolvimento e das aprendizagens das crianças por meio de instrumentos baseados em atividades lúdico-didáticas			Oficina de formação	12h	25h	1 CTS
Desenvolvimento Curricular/ Didática específica	Didática em Educação Pré-escolar	Gestão Pedagógica	Módulo I: A coordenação do pré-escolar. Desafios de desenvolvimento de um currículo do pré-escolar. ▪ Exigências e aprendizagens para a coordenação da atividade educativa do pré-escolar. Módulo II: A utilização de guias e instrumentos em EPE. Técnicas criativas de exploração de histórias e narrativas na EPE. Importância metodológica e valor para a motivação dos alunos. Implementação, aprendizagem e avaliação do currículo da EPE.	Coordenadores da EPE, educadoras	e-Learning (VCOP e tutorias)				
		histórias e narrativas no ensino em EPE	▪ Técnicas criativas de exploração de histórias e narrativas na EPE. ▪ Importância metodológica e valor para a motivação das crianças. ▪ Aprendizagem e avaliação em EPE.	Coordenadores da EPE, educadoras		Seminários/ webinar	2(3h)	6h	0.2 CTS